

Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia dezanove de junho de dois mil e quinze.

Aos dezanove dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Dr. António José Rodrigues Gonçalves.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos dar início aos trabalhos e fazer a chamada dos Membros da Assembleia Municipal.”

Seguidamente o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, informou que o Deputado Municipal Dr. Luís Manuel Mendes Correia pediu a renúncia do mandato, tendo sido substituído pelo Sr. Nuno Miguel Fonseca da Costa que igualmente pediu a renúncia do mandato, e que foi substituído pelo Sr. António da Silva Moreira.

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes efetuou a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontrava ausente a Sra. Patrícia Andreia Saraiva Moreirinhas, que apresentou justificação e solicitou substituição, tendo sido substituída, pelo Sr. Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo.

Também se encontrava ausente a Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sra. Vanessa Raquel Pinheiro Fernandes, que apresentou justificação e solicitou a respetiva substituição, tendo sido substituída, pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia, Enf.º José Carlos Martins Ferreira.

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, também esteve ausente, e também apresentou justificação, e solicitou a respetiva substituição, tendo sido substituído, pelo Secretário da Junta da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, Sr. Fernando Marques Fernandes.

Também se encontrava ausente o Presidente da Junta da União de Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Sr. José António Gomes Guilherme,

que apresentou justificação e solicitou a respetiva substituição, tendo sido substituído, pelo Secretário da Junta da União de Freguesias, Sr. Paulo Sérgio de Campos Brito.

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, também esteve ausente, também apresentou justificação, e solicitou a respetiva substituição, tendo sido substituído, pela Vogal da Junta da União de Freguesias, Dra. Ana Paula Vieira da Silva.

Também se encontrava ausente o Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Dr. António Manuel Nunes Soares, que apresentou justificação e solicitou a respetiva substituição, tendo sido substituído, pelo Secretário da Junta de Freguesia, Sr. Tomás Manuel dos Santos Pedro

Também se encontrava ausente o Sr. Eng.º Rafael Sousa Costa que igualmente apresentou a respetiva justificação.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Filipe Rodrigues de Brito, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Declaro aberta a Sessão.

Começo por saudar todos os presentes fazendo votos para que a Sessão da Assembleia seja proveitosa, como costuma ser, e saudar de uma forma especial os Membros que estão cá pela primeira vez, nomeadamente em função de uma renúncia e de uma substituição.

Passaríamos à votação para aprovação da ata da Sessão anterior.

Relativamente à ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de trinta de abril de dois mil e quinze, pergunto se há alguma proposta para alteração da ata?

Se não há, passaríamos à votação da ata para a sua aprovação.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de trinta de abril de dois mil e quinze, foi aprovada por maioria, com três abstenções.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Aprovação, nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes, para o quadriénio 2015/2018 e 1ª Revisão ao Orçamento para o ano 2015.

III - Aprovação para assegurar o montante correspondente à contrapartida nacional referente à candidatura para aquisição de viaturas de Socorro, VFCE – Veículo Florestal de Combate a Incêndios para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira.

IV - Aprovação para assegurar o montante correspondente à contrapartida nacional referente à candidatura para aquisição de viaturas de Socorro, VFCE – Veículo Florestal de Combate a Incêndios, para a Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital.

V - Autorização prévia, nos termos da alínea c), n.º1, do art.º 6º, da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, para a assunção de compromissos plurianuais de montante inferior ao referido na alínea b), n.º 1 do artigo 22º de Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação.

VI - Autorização para a assunção de compromisso plurianual, nos termos do artigo 6º, da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, para Contrato com Fundo de Eficiência Energética no âmbito da operação POVT-12-12-0765-FCOES-000020-Intervenção de Eficiência Energética na Iluminação Pública – Fase I.

VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Junta da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira.

VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da Proposta de Apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações.

IX - Apreciação e votação, nos termos da alínea k), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de adenda ao Contrato Interadministrativo

do Sistema de Recolha de RSU Indiferenciados – Delegação de Competências na AMRPB – Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão – Possibilidade de delegação de competências da parte restante do território correspondente à ZUVA – Zona Urbana e Vale do Alva – Proposta e estudo comparativo.

X - Comunicação, nos termos do nº3, do artigo 97º-A, do Decreto-Lei 46/2009, de 20 de fevereiro, de correção material do PDM.

Seguidamente retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Desde a última Assembleia até hoje quero referir alguns acontecimentos importantes, um deles nefasto:

Como sabem faleceu o Sr. João José da Fonseca e Costa Soares. O Sr. João Soares foi o primeiro Presidente da Comissão Administrativa após o 25 de Abril; Foi também Adjunto do Governador Civil de Coimbra e foi, entre outras coisas, Presidente dos Bombeiros de Oliveira do Hospital.

Eu creio que é merecido, para além de um Voto de Pesar, que guardemos um minuto de silêncio em memória deste autarca que nos antecedeu e que também serviu esta casa.

Proponho que se efetue a votação do Voto de Pesar e de seguida que se guarde um minuto de silêncio.”

Efetuada a votação, a proposta do Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. João José da Fonseca e Costa Soares foi aprovada por unanimidade.

De seguida foi guardado um minuto de silêncio em memória do Ex-Autarca, Sr. João José da Fonseca e Costa Soares.

Seguidamente retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente à convocatória, e como devem ter reparado, não chegou nos mesmos prazos que é hábito chegar mas quero dizer-vos que a convocatória foi enviada de acordo com os termos legais. O artigo 27º, nº 1, da Lei 75/2013 obriga a que a convocatória siga em oito dias seguidos também o artigo 53º, nº 2, da mesma Lei, exige que a documentação seja entregue no prazo de dois dias. Foi isso que se cumpriu. Eventualmente poderão querer referir-se a esta questão mas esclareço desde já que foi cumprida a lei nesta matéria.

Quanto à Ordem de Trabalhos quero informar que vão ser retirados dois Pontos. Anuncio desde já que o Ponto III e IV vão ser retirados por solicitação da Câmara Municipal. É assim Senhor Presidente? O Senhor Presidente da Câmara confirmou.

Passávamos às inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia.

Informo também que há um pedido de intervenção do público que intervirá no fim do Período de Antes da Ordem do Dia.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de começarmos as intervenções queria pôr aqui a seguinte questão para que, em termos objetivos e sem desconsiderar ninguém, e sem pôr em causa as intervenções de todos os membros. Na última Assembleia, o Sr. António Lopes referiu aqui três vezes, vou citar para não haver dúvidas. Aquilo que eu vou dizer são factos, não são opiniões. O Sr. António Lopes disse aqui: *“o Senhor não corta a palavra ao Sr. António Lopes que é a pessoa que está aqui dentro com mais direito de a usar.”* Depois referiu, está na página seis da ata: *“se alguma vez me cortar a palavra e de seguida o Sr. Presidente da Câmara falar cinco minutos. Da primeira vez canto opera ...”* Depois de uma terceira reafirmação desta ameaça, digamos assim, *“o Senhor não me corta a palavra a mim aos cinco minutos e depois deixa falar os outros”*.

Estive a ver o tempo que o Sr. António Lopes falou na última Assembleia: Falou, nada mais, nada menos do que, quinhentas e sessenta e nove linhas que estão transcritas na ata. Isto é, falou mais de setenta e cinco por cento do que o Sr. Presidente da Câmara, que tem setecentas e cinquenta e quatro linhas de intervenção, mais de mil por cento do que qualquer outro membro desta Assembleia.

O Sr. Presidente da Câmara para responder aos Membros da Assembleia, para apresentar os Pontos da Ordem do Dia, para apresentar a informação financeira, que está obrigado a apresentar, e para responder às perguntas do público, na última Assembleia falou apenas um pouco mais do que o Sr. António Lopes.

Gostava que a Assembleia se pronunciasse, ainda que brevemente, agora nas vossas intervenções: Como sabem a Mesa pode recorrer para o plenário em situações destas, artigo 26º, nº 12, do Regimento. É o que eu estou a fazer. Não estou a tomar nenhuma posição. Estou apenas a pedir-vos, se entenderem fazê-

lo, que se pronunciem, uma vez que segundo o entendimento do Sr. António Lopes eu não lhe posso cortar a palavra.

A questão que ponho é, dentro desta possibilidade que o plenário tem de se pronunciar sobre estas matérias, se o Sr. António Lopes tem alguma prerrogativa especial ou se tem algum direito para falar mais do que os outros?

É esta questão que eu deixo e, se o quiserem fazer, gostava que se pronunciassem sobre esta matéria.”

Dando-se início ao Período de Antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a esta intervenção do Sr. Presidente da Assembleia, penso que todos nós temos o mesmo direito. O tempo é o mesmo para todos e não há aqui privilégios para ninguém. Teremos, todos, o mesmo tempo porque é o que está estipulado e, por isso, acho que é com o que se deve cumprir.

Quero falar sobre uma situação, que é recorrente nesta Assembleia, que é a saúde.

Tenho ouvido e tenho lido a Comunicação Social: Quando nós ouvimos o que se diz na Comunicação Social, sobre o Governo, e aquilo que se lê nos jornais parece que estamos num País que não é o nosso, em termos de saúde! Porque se contratam médicos; Porque está tudo muito melhor! E, na verdade, aqui no Concelho não notamos isso!

Continuamos com falta de médicos, continuamos com assistência à saúde de uma forma muito precária. Isto tem que nos incomodar e temos que continuar a falar nisto até o problema ser resolvido.

Na última Assembleia ficámos com alguma expectativa e com alguma esperança porque supostamente iria haver uma reunião com o Sr. Secretário de Estado da Saúde e, provavelmente, iriam ser criadas condições para que o Serviço de Saúde melhorasse no nosso Concelho.

Isto não evoluiu nada e continuamos na mesma.

Eu queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se houve algum boicote nos corredores do Governo ou se houve alguma situação anómala que impedisse essa reunião. Porque é que não se fez?

Sr. Presidente gostaria que nos esclarecesse sobre isto.

Independentemente das nossas convicções partidárias e do nosso idealismo político penso que a oposição toda estará de acordo de que não temos médicos e que temos falta de saúde em Oliveira do Hospital e também

no País. Penso que a oposição, o PSD e o CDS, com certeza que está de acordo porque também notam esta falta de médicos e esta falta de saúde em Oliveira do Hospital.

É claro que isto pode interessar a alguns. Não há saúde, há menos população, deixa-se de pagar reformas, poupa-se nos medicamentos. Eu penso que isso é um mau caminho porque precisamos de assistir os nossos idosos, os nossos pais, os nossos avós que nos criaram e que nos deram assistência e penso que temos de ter, todos, um carinho muito especial por eles e temos todos que lutar por esse direito que é de todos nós que é a saúde.

Queria também falar sobre a situação dos imigrantes: Queria louvar aqui um projeto que a Câmara está a levar a efeito, que é o acolhimento das famílias. Penso que isto é um gesto de humanismo e de solidariedade, acima de tudo. Eu vejo-o só por este lado porque é dramático assistirmos nos noticiários àquelas pessoas que vêm de barco pelo mediterrâneo e que muitas vezes morrem e qualquer dia começam a dar à costa no Algarve, não é um problema do nosso País mas poderá vir a ser também um problema nosso. Penso que é de louvar este gesto de humanismo levado a efeito pela Câmara.

Por outro lado este projeto não tem custos uma vez que é suportado pela Comunidade Europeia.

Isto é uma situação que já se verificou há já alguns anos. Eu lembro-me do problema do Kosovo e nessa altura foram acolhidos aqui alguns Kosovares no âmbito de uma Missão Internacional de Paz e, por isso, esta situação atual não é uma situação inédita.

Louvo a Câmara Municipal por esta iniciativa. Espero que ela corra bem. As pessoas terão que ser integradas e terá que se fazer o projeto com algum cuidado antes de se porem as pessoas a trabalhar porque elas têm que se ambientar e fazer toda a adaptação necessária mas penso que é de louvar este projeto.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje vou demorar um bocadinho mais (espero que não me cortem a palavra porque se acontecer tenho que ficar também ali a protestar) mas acho que há assuntos que têm que ser falados, também pela gravidade que tiveram.

Começo por dizer que os pseudo-discursos paternalistas e moralistas de alguns servem somente para esconder uma realidade: É que a imaturidade não tem nada a ver com a idade. E essa realidade vê-se e sente-se quando há falta

de argumentos válidos, se atacam de forma desmedida e pessoal os adversários políticos ou aqueles que não partilham da mesma opinião ou ponto de vista. Esta forma de estar, de algumas pessoas, em nada dignifica os cargos ou funções que desempenham e aos quais se exige uma maior elevação, ponderação e responsabilidade.

Nesse sentido, quero dizer ao Prof. José Carlos Alexandrino que ultrapassou os limites da razoabilidade ao insinuar e chamar-nos xenófobos, racistas nazistas e hitlerianos e de nos associar à extrema-direita.

Há atos e palavras que, pela sua gravidade, não se podem admitir ou esquecer e estas são acusações gravíssimas que repudiamos de forma veemente.

A nossa opinião e posição relativamente à questão dos refugiados não justificam as palavras demasiadamente crispadas e desproporcionadas do Sr. Presidente da Câmara.

Devo salientar que somente pretendíamos que este assunto se discutisse nos lugares próprios, como a Assembleia Municipal, e que, acima de tudo, se defendessem os interesses dos Oliveirenses.

Relativamente à questão dos imigrantes ilegais julgo que todos nós nos sentimos tocados pelas imagens que assistimos na televisão e pelo que ouvimos mas isso não significa que tenhamos de agir de forma precipitada e imprudente.

Este tema, pela sua gravidade, exige um debate sério em que se analisem os prós e os contras desta situação a curto e a longo prazo e, acima de tudo, que se fique a saber se temos condições económicas, sociais e de emprego para os receber.

Importa ainda, contrariamente ao que disse o Sr. Presidente da Câmara, ter em consideração e reconhecer que a há, efetivamente, situações muito complicadas em termos sociais em Oliveira do Hospital que têm de ser prioritárias e objeto de maior atenção.

Julgamos ainda, como muitos Oliveirenses, que se há vontade para resolver o problema dos refugiados haverá a obrigação de resolver os problemas sociais de muitos Portugueses e daqueles imigrantes originários dos países de língua oficial portuguesa com os quais sentimos uma verdadeira afinidade.

Nesse ponto devemos falar na EPTOLIVA que sobrevive em grande medida devido aos inúmeros estudantes lusófonos que habilmente são inscritos na mesma para que, com o número mínimo de alunos, se permita ou justifique o seu funcionamento. Por um lado há como que um aproveitamento dessas

peessoas porque são precisos para a escola funcionar e depois após a conclusão dos estudos ou antes são esquecidos e ficam para aí abandonados.

Uma vez que alguns desses alunos não querem regressar aos seus países de origem porque não os ajudar e dar-lhes condições para cá ficarem? Seria justo!

Mas mais importante ainda, é criar as condições necessárias para que alguns Oliveirenses que tiveram que emigrar, procurando uma vida melhor e que infelizmente em alguns dos casos não conseguiram, possam voltar à sua terra pois estão numa situação de emprego precário ou mesmo desempregados. Era essa disponibilidade que os Oliveirenses gostariam de ter visto em primeiro lugar por parte do Sr. Presidente da Câmara.

Há que pensar que a permanência de mais de dois mil quatrocentos e cinco refugiados que querem impor a Portugal, a juntar aos que já cá estão e aos que virão certamente no futuro, custarão muito dinheiro aos Portugueses porque é preciso investir no seu acolhimento e na sua integração, que se sabe, pela experiência, que será muito difícil.

Não devemos esconder a verdade ou fugir aos problemas e por isso devemos lembrar que só em dois mil e catorze mais de duzentos e oitenta mil pessoas chegaram ilegalmente à Europa principalmente através da travessia do mar mediterrâneo, segundo a Frontex a agência europeia para a segurança das fronteiras, e sabe-se que há milhões a tentar vir para a Europa. Esta é a realidade que alguns recusam ver.

O Sr. Presidente da Câmara deixou-me uma pergunta no ar, eu era para lhe responder mas vai ser respondida por outra pessoa, mas à qual já obteve resposta, ainda que de forma indireta, e que foi pelo próprio, à pretensa questão na qual o nosso Primeiro-ministro, o Dr. Pedro Passos Coelho, tinha apelado à emigração dos jovens... até agora ainda não apareceram tais declarações. Por esse motivo não lhe posso responder porque não existe ou desconheço. Posso é dizer-lhe que o Partido Socialista deixou o nosso País numa bancarrota, sem dinheiro, endividado, com empresas a encerrar a um ritmo alucinante, com um desemprego elevadíssimo e por esse motivo muitos Portugueses tiveram que se ir embora do País.

Este Governo, apesar das enormes dificuldades, tem conseguido com muito custo e com o esforço dos Portugueses recuperar a economia, criar emprego e está a desenvolver programas para incentivar jovens emigrantes Portugueses a voltarem para o seu País. Esta é que é a realidade.

Mas, Prof. José Carlos Alexandrino, para que se consigam fazer regressar os nossos emigrantes, e desejavelmente muitos Oliveirenses, temos que criar em Oliveira do Hospital uma verdadeira política de promoção e de apoio ao investimento, que crie riqueza, que atraia e fixe pessoas no nosso Concelho.

Precisamos de atrair mais investidores, nacionais e estrangeiros, para que esta nossa terra retome o caminho do desenvolvimento e do crescimento.

Só assim poderemos ter esperança num futuro melhor mas, para isso, é preciso uma Câmara Municipal mais amiga dos investidores e dos munícipes, sendo imperativo um esforço maior da Autarquia na atração de pessoas e empresas através da criação de melhores infraestruturas como parques industriais, estradas condignas, e zonas de lazer aprazíveis ou em coisas básicas mas que mexem com a carteira das empresas e das pessoas como, por exemplo, o valor dos impostos cobrados como o IMI, que deveria ser menor, e outros serviços como a água ou saneamento que, a níveis mais baixos, poderiam ser fatores de competitividade.

A questão do preço da água e de outros serviços como o saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos preocupa-nos e deve merecer mais atenção. Ainda mais quando verificamos que os Oliveirenses deveriam e poderiam ter estes serviços a preços mais simpáticos do que aqueles que são atualmente praticados pela Autarquia conforme acontece com outros Concelhos vizinhos.

Assim, e observando os dados da DECO fizemos um pequeno estudo comparativo com alguns Concelhos da nossa região e o resultado foi um pouco dececionante. Dos quinze concelhos observados da região centro Oliveira não apresenta na, nossa ótica, valores muito animadores.

Este estudo teve por base uma simulação, que está *on-line* e que todos podem consultar, para consumo de cento e vinte sete metros cúbicos anuais.

No que respeita ao abastecimento de água o valor mais baixo é de Arganil, com cinquenta e sete euros, sendo que Oliveira do Hospital apresenta cento e vinte e oito euros e cinquenta e dois cêntimos, ou seja, mais setenta e um euros e cinquenta e dois cêntimos.

No que concerne ao saneamento o valor mais baixo é de Carregal do Sal, com vinte e um euros, sendo que Oliveira apresenta quarenta e oito euros e oitenta e nove cêntimos ou seja mais vinte e sete euros e oitenta e nove cêntimos.

Relativamente aos resíduos sólidos o valor mais baixo é de Figueiró dos Vinhos, com vinte e sete euros e sessenta cêntimos, sendo que Oliveira do

Hospital apresenta quarenta e dois euros e trinta e seis cêntimos, ou seja, mais catorze euros e setenta e seis cêntimos.

De acordo com os dados observados podemos concluir que há muito a fazer neste domínio e têm que se arranjar soluções alternativas que diminuam estes custos para os munícipes.

E nesse sentido, e tendo em conta a nova e corajosa lei das águas que o Governo PSD/CDS quer implementar que genericamente pretende baixar o preço deste bem para as pessoas do interior do País, gostaria de saber se este Executivo pretende fazer refletir essa diminuição do preço nas tarifas a cobrar, ou seja se os Oliveirenses vão sentir no seu bolso a poupança real e efetiva.

Já agora, gostaria de ouvir a sua opinião sobre a cruzada que algumas Câmaras Municipais e alguns destacados membros do PS estão a fazer contra esta lei.

Gostaria ainda de saber a opinião do Sr. Presidente da Câmara relativamente a propostas entretanto, mais ou menos, retirada pelo PS para uma taxa de IMI mais elevada para aquelas pessoas que têm mais do que uma casa.

Finalizo dizendo que fico satisfeito por haver um investimento novo na Bobadela, mas, Sr. Presidente, não queira comparar o que é comparável. Não insista novamente no erro.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Eu queria dizer o seguinte: Esta figura de dar tempo não existe em nenhum regulamento, nem em nenhum Regimento, nem na Lei.

Nós condescendemos desta vez mas isto não vai constituir precedente porque de facto não existe. Tinha todo o gosto em cumprir o Regimento se isso existisse.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida, que fez a seguinte intervenção:

“A minha intervenção vai ser muita rápida e vou encurtar as minhas palavras.

Tendo em conta o que o Dr. Vilafanha falou, nomeadamente a necessidade de investimento, quero dizer o seguinte: Nós não termos visto nestes últimos quatro anos qualquer tipo de investimento e incentivo por parte do Governo a este interior desfavorecido e cada vez com menos gente.

Queria aqui lembrar e, contrariamente à opinião do Dr. Vilafanha, manifestar e enaltecer o papel que o Sr. Presidente da Câmara teve nessa questão dos refugiados.

É um orgulho ser Oliveirense e ter um Presidente da Câmara com este aspeto humanista e de solidariedade. O Dr. Vilafanha e, todos nós, enquanto Oliveirense devemos ter esse orgulho pelo facto de termos um Presidente com esta sensibilidade.

Relativamente ao assunto que me trás aqui hoje, e quero aqui mais uma vez e dar os parabéns pelo facto de ao fim de tantos anos a zona da Cordinha finalmente tem investimento. Queria também perguntar se este investimento realizado terá consequências, ou seja, se haverá mais investimento naquela zona?

A nossa zona da Cordinha foi manifestamente ao longo de muitos anos esquecida. Não houve qualquer sensibilidade por parte da Câmara Municipal, ou de outros, para captar investimento para aquela zona.

Hoje é com satisfação que vemos que é importante descentralizar o investimento e criar oportunidades para que as pessoas se possam fixar naquela zona porque senão qualquer dia e isto é um aspeto que me preocupa porque verificamos cada vez mais que não há gente e que há gente que vai embora porque não tem oportunidade de emprego.

Queria dar os parabéns por este investimento na Zona da Cordinha e perceber se há, de facto, outras oportunidades de investimento.

Permitam-me sensibilizá-los e dizer-lhe com toda a minha convicção que uma das suas prioridades, uma das prioridades deste Executivo, deve ser, e temos todos que pensar num novo paradigma em que este paradigma tem que assentar essencialmente na captação de investimento. Não estou a falar na Câmara proporcionar emprego não é isso. É a Câmara poder, com a sua boa intervenção que tem feito ao longo destes últimos anos, e todos nós nos lembramos do papel interventivo e bastante positivo quando foi da HBC e queremos que essa prática, e esse bom sentido da oportunidade que o Sr. Presidente tem demonstrado ao longo destes últimos anos, se possa refletir agora nestes anos vindouros e que possamos ter na Zona da Cordinha mais capacidade de investimento, e que a Câmara possa proporcionar essas benesses fiscais e outras para haver mais investimento. Este paradigma e esta nova filosofia de criar emprego são essenciais para que não deixarmos fugir a nossa população e possamos fazer com que haja mais população e com que as pessoas

se fixem no interior contrariamente, infelizmente, a tudo aquilo que o nosso Governo tem feito nestes últimos anos.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvoco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à intervenção do Dr. Nuno Vilafanha quero dizer que estou de acordo com ele no que se refere ao problema das acessibilidades.

Na realidade são as acessibilidades que ajudam e confirmam a coesão no interior. O que necessitamos é de acessibilidades.

Já em dois mil e doze pedimos às Estradas de Portugal que fizessem alguns arranjos na Estrada Nacional 230, em Alvôco das Várzeas, para que estrada ficasse com mais segurança. Neste momento há um orçamento das Estradas de Portugal

Desde dois mil e doze para cá que não vimos fazer qualquer obra naquela estrada.

Queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara qual é o ponto da situação referente à requalificação desta estrada porque foi prometida a requalificação da Estrada Nacional nº 17 e 230 e até este momento não temos conhecimento de nada e até agora não recebemos nenhuma comunicação das Estradas de Portugal.

Queria também convidar os Senhores Deputados da Assembleia Municipal para almoçarem na praia fluvial de Alvôco das Várzeas no dia vinte e sete.

Quero agradecer a todas as pessoas que estiveram envolvidas neste projeto da praia fluvial de Alvôco pelo trabalho que têm desenvolvido e para que fosse possível criar um espaço com aquela qualidade.

A praia fluvial de Alvôco das Várzeas está muito bonita e por isso convidava todos os Deputados da Assembleia para a cerimónia do hastear da bandeira Azul no dia vinte e sete na praia fluvial de Alvôco das Várzeas.

Peço ao Sr. Presidente da Câmara que nos continue a ajudar a cumprir com todos os critérios que nos são exigidos para mantermos a qualidade daquele espaço.

Relativamente à intervenção inicial do Sr. Presidente da Assembleia Municipal quero dizer que os Deputados são todos iguais e todos têm que falar cinco minutos. Não temos que estar aqui a falar de coisas que não dignificam as pessoas nem trazem nada de novo para o Concelho. Gostaria que todas as

peessoas respeitassem o seu período de tempo. O Sr. Presidente da Câmara terá que ter mais tempo para que possa responder a todas as pessoas.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes para fazer a seguinte intervenção:

“Vou tentar falar com calma porque às vezes falo com alguma vivacidade e depois dizem que eu estou nervoso. O que me faltava era estar nervoso! Alguém terá razões para se enervar mas não sou eu!

Então Sr. Presidente qual é o tempo que eu posso falar?

Vai-me dar tempo para responder e dizer o que eu quero ou não?

O Senhor disse-me há tempos, naquela correspondência que trocamos que é pessoal, que eu sou um político sénior e eu quero retribuir-lhe o piropo. Vocês aqui vão-me provocando para eu não falar naquilo que eu quero falar. Eu sei como é que essas coisas se fazem.

O artigo 16º diz que, eu sei isto de cor, o Senhor é advogado, e sei que não devia dizer isto e vou pedir-lhe desculpa, mas qualquer dia vou ter que lhe perguntar pela carteira, porque eu tenho a quarta classe e não faço a interpretação daquilo que o Senhor aqui disse, esta Assembleia tem sessenta minutos para o Período de Antes da Ordem do Dia e que esse tempo é rateado consoante as inscrições. O Senhor é que dirige os trabalhos e o Senhor é que tem que resolver esse problema, não sou eu!

O artigo 23º diz que o período de intervenção são cinco minutos sem prejuízo do que está dito quanto ao artigo 16º.

O artigo 25º, nº6, diz que o Sr. Presidente da Câmara ou o seu substituto falam cinco minutos em cada Ponto para apresentar e cinco minutos para responder.

Foi isso que o António Lopes disse. Disse o que está no Regimento.

O problema é que vocês põem na boca do António Lopes o que o António Lopes não disse.

O António Lopes é uma pessoa responsável, anda aqui por amor à camisola, não recebe nada para aqui andar. É o homem que mais aqui fala, de facto. Já aqui disse, e ficam todos muito ofendidos, que cada um assume as suas responsabilidades.

O Senhor hoje tem oito Pontos na Ordem do Dia e o António Lopes tem cinco minutos para cada Ponto. Tem cinco minutos para intervir e tem dois minutos para a declaração de voto. Oito vezes sete são cinquenta e seis. Os meus ilustres colegas não os querem usar mas eu tenho que justificar a minha

senha e faço isto mas sujeito-me àquilo que diz o Regimento e quem dirige esta Assembleia é o Senhor e não sou eu.

Estamos esclarecidos?

Há alguma coisa a opor?

Isto é o que está no Regimento que o Senhor fez e que não é o meu. Como o Senhor sabe isto é uma das grandes discrepâncias que nos pôs um contra o outro, e com o Partido Socialista, foram estas questões. Isto é que está no Regimento. Se as pessoas não sabem o Regimento e não sabem o que andam aqui a fazer é um problema deles.

Eu já adivinhava esta coisa!

Vamos lá então ao que me aqui traz:

Pedi-lhe há dias para o Senhor mandar publicar uma ata de setembro de dois mil e nove. Isso é assim tão difícil? Porque é que lá não está a ata de dois mil e nove? Terá sido aquela ata em que o Senhor Presidente chamou crápula ao anterior Presidente? Olhe que eu nunca cheguei aí!

Já pedi, pelo menos três vezes, a lista do pessoal das Entidades Participadas da ADESA, da ADI e da BLC3 e nada. Os Senhores querem que eu diga o quê?

O que é que há lá para esconder? Não é um direito que eu tenho?

O Senhor é um profissional do direito e nos termos da lei sabe que tenho direito aos documentos. E não é para eu vir aqui, é para mos mandarem, porque é isso que está na Lei. Portanto, Sr. Presidente, vamos lá ver se há dignidade.

Porque é que os Senhores não querem dar os documentos a um Membro da Assembleia? Porquê?

O que é que o Concelho tem a perder com isso? O que é que a Câmara tem a perder com isso?

Estão aqui as contas da água, ninguém as contesta. Do que é que têm medo?

Eu mandei as contas para todos os Membros da Assembleia e mostrei os números todos. Estão lá as contradições do Sr. Presidente e aquilo que ele disse na Reunião de Câmara de cinco de fevereiro.

Eu até concebo que o Sr. Presidente fez um bom trabalho e que está a poupar na água. Até lhe disse aqui na última Assembleia que conseguiu uma poupança com as negociações com as Águas do Zêzere e Coa.

Às vezes o Sr. Presidente faz umas coisas interessantes e a mim não me custa nada reconhecer isso. Ele não faz tudo mal, como nenhum de nós faz!

Agora pergunto: Porque é que não se discute? Eu pedi a constituição de uma Comissão. Porque é que não se discute?

Eu digo que o Sr. Presidente levou mais de trezentos mil euros aos Municípios numa altura em que não o devia fazer e que me digam que eu estou enganado porque eu provo com os números.

Então mas eu estou aqui a fazer o quê?

Eu estou aqui para fiscalizar a Câmara, para zelar pelos interesses dos Municípios e foi isso que eu disse aqui. É tudo pelas pessoas.

Se os Senhores já se esqueceram, o problema é vosso.

Eu venho aqui exigir aquilo com que me comprometi ao lado do Sr. Presidente perante os Municípios.

Os Senhores foram buscar setenta por cento de aumento na água às pessoas. Isto é mentira? Provem-no com números. Chamem-me aqui e digam-me: O Senhor está enganado isso não é assim! Provem-no!

Agora, virem dizer que o Sr. António Lopes disse... que o Sr. António Lopes falou ... é o que o Sr. Faz!...

Os Senhores a mim não me apoucam e não me deitam abaixo.

Como se viu há dias nas contas, e foi prometido que estava aqui hoje uma pessoa para explicar as contas e não vejo aqui ninguém, e já vou alertar que hoje há aqui coisas ainda piores.

Eu perguntei: Façam o favor há três números para as contas da EXPOH. Cada Vereador diz um número e ninguém se preocupa em corrigir isto!

Eu ponho aqui as atas e provo que há dez números a contrariarem-se uns aos outros e ninguém se preocupa?

Como eu disse no outro dia: Isto é uma tasca ou é um Município?

Eu, se fosse Presidente da Câmara, era o primeiro a preocupar-me em pôr as coisas no devido sítio”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Não é fácil falar a seguir ao Sr. António Lopes!

Em relação à pergunta do Sr. Presidente da Assembleia começou por colocar: Se o Sr. António Lopes tem mais direito do que qualquer um dos outros Deputados de falar mais ou menos minutos. Devo dizer, e devo pedir, em meu nome, e em nome do CDS, que consiga fazer uma intervenção junto desta Assembleia no sentido de beneficiar as minorias. Acho que um Presidente da Assembleia Municipal existe para isso mesmo. Para dar um bocadinho de

espaço e um bocadinho de tempo, e acho que tem conseguido fazer isso. Às vezes cai na tentação de não o fazer, partidarizando, mas peço-lhe que faça um esforço, sei que às vezes não é fácil, mas com um bocadinho de paciência e de estoicismo e que leve a bom porto essa condução dos trabalhos no sentido de beneficiar um bocadinho as minorias.

Depois deixar uma palavra, e não podia começar esta intervenção sem fazer essa referência, apesar de já termos feito um minuto de silêncio, ao grande democrata, ao grande político deste Concelho que foi o Dr. João Soares. Em meu nome pessoal, e em nome do CDS, quero deixar aqui também uma palavra e fazer essa referência, independentemente das cores políticas, independentemente das visões da sociedade que temos e da vida coletiva e da visão diferenciada não podemos politicamente deixar de dar essa palavra de respeito.

Depois dar os parabéns ao Partido Socialista porque teve uma iniciativa, e eu acho que é meritória, e os partidos políticos têm que ser elogiados quando têm essas iniciativas meritórias, que foi o Fórum das Freguesias.

O Fórum das Freguesias foi uma iniciativa conseguida. Se bem feita, porque foi mal feita, pode ter uma utilidade enorme para o Concelho, e se os outros partidos também o fizeram podem retirar daí dividendos enormes para o Concelho.

Digo mal feita porque depois chegamos aqui e aquilo que assistimos do PS é um bocadinho revanchismo de programação da agenda e de estar muito atento àquilo que aparece nos jornais, proposta política que aqui chegou, até agora, vinda desse Fórum das Freguesias é zero. E isso é pena, é triste. Acho que um Fórum das Freguesias quando se faz é para trazer proposta política. É para isso que os partidos políticos servem. A Iniciativa é boa mas mal conseguida.

Também não posso deixar de dar uma palavra em relação à agenda e deixar uma palavra em relação aos refugiados: Sr. Presidente, faço parte da família política e integro-me politicamente nessa família que é a democracia cristã europeia e não posso deixar, também, de lhe dar os parabéns porque em bom tempo, e na primeira hora, ter deixado uma palavra solidária e amiga para essa gente, onde quilo que se vive, não é de esquerda nem de direita, é a pobreza e é a miséria e é preciso que tenhamos e que saibamos dar um passo em frente e que saibamos responder.

Acho que estive muito mal, e devo dizer-lhe, até porque não tenho problema nenhum em dizer-lo publicamente, no ataque que disparou ao PSD

hitleriano. A mesma tolerância que temos de ter com aqueles que procuram a sobrevivência é a mesma tolerância que temos que aplicar quando nos referimos a quem tem uma posição diferente daquela que partilhamos. Acho que esteve mal e que não havia necessidade de o fazer.

Relativamente à saúde, e até porque também tenho responsabilidades no Concelho por causa da Fundação Aurélio Amaro Dinis, e vejo ali o meu colega de direção, o Prof. Rogério, que tem sido brilhante na sua administração na Fundação Aurélio Amaro Dinis e que ajudou a que numa destas últimas reuniões do Conselho de Administração tenhamos deliberado no sentido de se abrir a consulta de clínica geral privada ao público na Fundação Aurélio Amaro Dinis. Acho que é um grande primeiro passo para conseguirmos acabar com a lista de espera, e com a clientela, que tem que disparar obrigatoriamente para ter acesso aos cuidados de saúde primários. Isso também é potenciar e dinamizar o acesso aos cuidados primários de saúde.

Acho que a Fundação Aurélio Amaro Dinis esteve muito bem, e mais uma vez aqui fica o elogio, em trilhar esse caminho. Penso e espero sinceramente que a Câmara Municipal saiba apoiar, saiba criar programas de apoio à saúde nessa área para que as pessoas tenham acesso aos cuidados de saúde primários porque para muitos deles é hoje muito difícil ter acesso a uma consulta e muitas das vezes tem que se pagar por uma simples credencial cinquenta euros.

Se a Fundação Aurélio Amaro Dinis ao abrir a consulta privada ao público, de uma forma genérica, e a Câmara souber criar um programa de apoio capaz de apoiar o pobre a ter acesso a essa consulta de forma financiada, estamos a resolver um grande problema e estamos, de facto, a financiar a saúde e a financiar quem mais precisa de ser financiado, que são as pessoas. Antes de financiarmos instituições, e muitas vezes há uma tendência dos Municípios e dos Governos para terem programas de financiamento para instituições ou instituições que financiam os Ministérios e os Ministérios a financiarem outras instituições, não aqui temos que ter um programa que financie diretamente as pessoas a terem acesso aos cuidados de saúde primários.

Depois dizer-lhe, caro Prof. Carvalheira, porque as suas palavras merecem sempre uma redobrada atenção, não só pela amizade que nos une mas pela inteligência que lhe reconheço, se este Governo não fez nada pelo interior, e eu também acho que não fez muito, devo dizer que os Governos Socialistas também não têm feito rigorosamente nada. Isto não é uma questão de política partidária. Não tem tanto a ver com o PSD, com o PS ou com o CDS. Só para

relembrar: O programa do Governo do Eng.º Sócrates sabe quantas vezes tinha a palavra interior? Zero vezes! Nunca referia o interior.

Devo-lhe dizer que o primeiro líder, que o Partido Socialista tem, que refere o interior com intensidade, vocês correram com ele. Foi o António José Seguro. O António José Seguro, de facto, falava no interior e parecia que tinha alguma sensibilidade para com o interior.

Depois dizer-lhe que o que mais prejudicou o interior foi o País ter sido entregue à troika e ao PEC4. Vocês muitas vezes defendem o PEC4 mas o PEC4 propõe o acabar com que o IRC reduzido para o interior e que é um incentivo enorme para as empresas que se criam e localizam no interior. Ter o IRC reduzido, ter uma redução na Taxa Social Única, tudo isso o PEC4 acabava e a troika acabou com isso tudo.

Termino com um pedido e gostava de ter resposta. Não desconfio minimamente, e não digo isto por amizade, digo isto por reconhecimento do carácter da nobreza e da seriedade do Sr. Presidente e da equipa que o acompanha, mas a questão das contas e aquilo que aqui se passou dos dois papelinhos em que “não batia a bota com a perdigota”. Eu ainda não percebi. Confesso que ainda não percebi e gostava de perceber!”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“É o cidadão Rodrigues Gonçalves Membro desta Assembleia Municipal que vem aqui cumprir o dever de se defender das afirmações proferidas aqui na última Sessão da Assembleia Municipal. Afirmações que a meu ver deslizaram da decência para a infâmia e das quais só me dei verdadeiramente conta quando li a ata.

Esta defesa é apenas uma resposta. Não venho aqui atacar ninguém nem contra-atacar embora tenha a consciência de que nunca dei origem às dissidências que tem aqui havido, quer na Assembleia quer em alguma Comunicação Social.

Acho que na vida política não é preciso apoucar ninguém para fazer valer os nossos supostos direitos e por isso defendo-me atendendo apenas aos factos.

Disse-me aqui o Sr. António Lopes, na última Assembleia Municipal, e cito: “*Eu era incapaz de me sentar aí sem o voto do povo e o senhor já o tentou e não lho deram. O Senhor se fosse um Presidente da Assembleia como deve ser*” (depois interrompe a frase mas insinua que eu não o sou) e de seguida

insulta-nos a todos dizendo “*vocês pensam que estão aqui na desportiva, que não têm responsabilidades mas têm e vão assumi-las*” e outras afirmações desta natureza.

Repito, sem qualquer acrimónia ou azedume contra o Sr. António Lopes, o cidadão Rodrigues Gonçalves como Membro da Assembleia não pode deixar estas afirmações sem resposta até porque o Sr. António Lopes não tem razão absolutamente nenhuma no que afirma.

Relembro-lhe pela enésima vez que fui das últimas pessoas a estar contra os seus argumentos, não é contra si é contra os seus argumentos, quando a grande maioria desta Assembleia já estava contra as suas posições políticas e pessoais.

Relembro-lhe, mais uma vez, que face às incompatibilidades com quem o elegeu o Senhor fatalmente tinha de ser substituído na Mesa e se não fosse por mim seria por outro. Repito: Se não fosse por mim seria por outro Membro desta Assembleia.

Ao contrário do que diz estou ali sentado porque o Senhor foi destituído com o voto do povo e porque a Mesa foi eleita também com o voto do povo e quer ver porquê: O Sr. António Lopes não foi a eleições sozinho e todos os Membros que faziam parte da lista do PS merecem ser reconhecidos pelo trabalho que fizeram para a vitória obtida.

Ao considerar-se dono da vitória da Assembleia Municipal e do lugar de Presidente desconsidera todos os restantes Membros que fizeram o que puderam para estar aqui de pleno direito.

Por outro lado, o Presidente da Assembleia Municipal é eleito pela Assembleia e não diretamente pelo povo.

Relembro-lhe o que aconteceu em dois mil e nove em que não tendo havido maioria absoluta foi preciso uma segunda votação na Assembleia para eleger a Mesa. Também já sucedeu neste Concelho uma lista ter ganho com maioria e o Presidente da Mesa ter sido outro que não o que ia em primeiro lugar.

Em suma: Em termos legais, e não só, o Presidente da Mesa é eleito diretamente pela Assembleia e não diretamente pelo povo ao contrário do que deu a entender infamemente na sua afirmação na última Assembleia.

Ainda que se admita que o Senhor tenha tido algum mérito em dois mil e treze, e não serei eu a negá-lo, o seu comportamento posterior prova que nem sempre a popularidade anda a par com a solidariedade e gratidão que se deve a quem nos acolhe e luta por nós.

Fui escolhido pelo PS para Presidente da Mesa. Fui eleito por vinte sete votos em trinta e sete possíveis, mais de setenta e três por cento dos Membros, estes sim eleitos pelo povo que votaram nesta Mesa.

Como vê, Sr. António Lopes, provei-lhe que não tem razão nas suas infamantes afirmações e nem sequer precisei de o desconsiderar em nada, como o Senhor fez comigo, para que reconheça estas verdades e acabemos de vez com esta quezília que só diminui quem lhe dá origem.

Quanto à afirmação de que eu já tinha tentado e que não me deram o voto, é o juízo só da cabeça de quem o faz porque só perde quem desiste de lutar.

As derrotas, se as houve, foram sempre transitórias e oxalá que todos possam dizer o mesmo.

Por isso, considero uma profunda ingratidão, da sua parte, disparar em todas as direcções e apanhar-me como alvo quando a verdade é que o Senhor tinha, e tem, uma agenda preparada para o Sr. Presidente da Câmara esquecendo-se que a tentativa de colonização do outro é uma falta de respeito pelo próximo como dizia Saramago.

O Sr. António Lopes tentou colonizar a Câmara à sua vontade. O PS, o Sr. Presidente da Câmara e o Executivo não aceitaram a sua agenda e pelo facto de eu estar, como estou, solidário com a Câmara e com o PS o despeito gerou desconsideração e até ingratidão e passa a atacar-me quando não tem um único facto que me possa apontar que tenha estado na origem da sua destituição.

Pela minha parte este assunto está encerrado e faço votos para que também esteja nesta Assembleia e da parte de quem fez as últimas afirmações na última Assembleia.”

De seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales, que fez a seguinte intervenção:

“Começo por felicitar a Obra Dona Josefina da Fonseca e os parceiros fundadores pela iniciativa das Hortas Solidárias no nosso Concelho no âmbito do projeto das ideias leguminosas.

As Hortas Solidárias consistem em parcelas de terreno, propriedades da Obra Dona Josefina da Fonseca, localizadas na quinta da Seara, para utilização individual e que são cedidas aos interessados para criação de uma horta gratuitamente.

Tendo em conta o seu Regulamento Interno e os objetivos é um projeto pertinente e muito oportuno porque vai contribuir essencialmente para:

Reforçar o apoio social às famílias mais desfavorecidas do nosso Concelho, especialmente às residentes na cidade de Oliveira do Hospital;

Apoiar estratégias preventivas de comportamentos antissociais;

Fortalecer a identidade cultural e coletiva da comunidade bem como o sentimento de pertença;

Complementar fontes de subsistência alimentar das famílias;

Desenvolver hábitos alimentares saudáveis;

Preservar páticas e agriculturas com cariz biológico e tradicional e ainda incentivar a requalificação ambiental de terrenos desocupados e subaproveitados designadamente através do estabelecimento de parcerias com entidades locais detentoras dos mesmos.

Estão, portanto, de parabéns.

Termino com algumas questões relativas ao Conselho da Comunidade, órgão do ACES do Pinhal Interior Norte, e peço ao Sr. Presidente para nos fazer o ponto da situação referente a este assunto. Nomeadamente que assuntos foram tratados nas reuniões? Quais as suas conclusões? Se foram apresentadas propostas e quais? Se estão previstas algumas iniciativas?

Relativamente à intervenção do Sr. Raul Dinis, no que diz respeito à falta de médicos, é evidente que é um facto.

Todos nós, e estou a falar a nível individual, independentemente da bancada a que pertencemos, é um facto que em Oliveira do Hospital há uma enorme escassez de recursos humanos. Não é só de médicos mas essencialmente médicos. Infelizmente não é só em Oliveira do Hospital, é por todo o País, mas nós vivemos aqui e este problema toca-nos muito mais.

Tenho conhecimento que está previsto para muito breve a colocação de dois médicos, que querem ficar cá, que concorreram num concurso que está em fase final. Pelo menos há a perspectiva de virem esses dois. Há também perspectiva de vir uma médica contratada.

De facto, e isto tenho que partilhar convosco, eu acredito quando os vir cá, porque desde o momento em que li num ofício que estava prevista a vinda de um médico e de uma médica e não vieram, por razões que não interessam agora aqui referir, agora, neste momento, apesar de ter esta informação que queria partilhar convosco porque é uma preocupação comum, de facto, só quando os vir cá é que eu acredito. Mas há essa perspectiva bastante real porque eles querem ficar em Oliveira do Hospital.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa, que fez a seguinte intervenção:

“A história registará os últimos anos como o período em que o mundo, e em particular o ocidente, mergulhou em crises económicas, financeiras e sociais sérias e bem gravosas.

Nos governos dos países, bem como no governo das cidades, novos paradigmas de desenvolvimento tiveram de ser encontrados para enfrentar novos problemas que se somaram aos velhos problemas.

No Município de Oliveira do Hospital voltámos aos fundamentos da racionalidade económica: Assume-se como compromisso fazer mais, fazer melhor, e fazer com menos porque, de facto, hoje temos menos recursos porque nos vêm a ser retirados. Factos indesmentíveis!

Todos os exercícios orçamentais têm refletido este equilíbrio complexo, mas alcançável, entre a urgência de promover o desenvolvimento económico através de cadeias de valor e de emprego, por um lado, e a exigência de manter as contas equilibradas, por outro.

Os exercícios orçamentais não são feitos sobre desejos, nem sobre folhas em branco, são feitos sobre necessidades.

Olhemos para os números das contas Municipais como preambulo de uma análise dos resultados. Observamos:

- Uma acentuada redução da dívida;
- Uma robusta amortização de empréstimos;
- Uma elevada execução da receita;
- Uma elevada execução da despesa.

Apesar de uns terem sido eleitos para serem governo e outros para ser oposição, todos fomos eleitos para servir Oliveira do Hospital.

Foi essa a decisão dos cidadãos.

Uma decisão que diferencia o grau de legitimidade política conferida a uns e a outros mas que não dispensa ninguém de prestar contas das suas ações ou omissões enquanto eleitos.

As contas do Município estão bem e recomendam-se e, note-se, estão bem melhor e mais claras que as do País.

Quem insiste em dizer o contrário, não está a fazer oposição a este Executivo, está a fazer oposição à realidade e ao bom senso.

É bom não esquecer que ter humildade para reconhecer a verdade é o primeiro passo para se fazer o que está certo.

Por mais versões da história que se queira apresentar, não há volta a dar: O esforço dos Oliveirenses, a visão dos nossos empresários, enquadrada por uma estratégia política ambiciosa desta Câmara Municipal, tem produzido muitos e bons resultados.

Os indicadores oficiais estão aí para o provar.

Acrescento que fruto de uma gestão equilibrada, que tem primado pelo rigor e pelo escrutínio das contas Municipais, vivemos num Concelho, gerido por uma Câmara Municipal, onde:

As Juntas de Freguesia viram reforçada a sua dotação financeira em mais cento e cinquenta mil euros.

Sim! Em Oliveira do Hospital investe-se em descentralização para servir melhor os cidadãos;

A Câmara Municipal paga aos fornecedores locais a quinze dias. Quer isto dizer que mais depressa é injetado capital nas empresas, ou seja, na economia local. Mais rápido pagamento é mais capital a circular.

Diga-se: Também aqui a Câmara Municipal esteve bem.

Como é que tais objetivos são alcançados?

Parece-me óbvio, porque há rigor e equilíbrio na gestão dos dinheiros municipais. Prossiga Sr. Presidente da Câmara.

Precisamos de investimento, e pelos vistos ou a Câmara investe, ou os empresários investem, porque da parte do Governo Central não se vê investimento nenhum.

Também assim se veem as diferenças!”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Vir a este púlpito não é para falar sobre nós é para trazer propostas para esta Assembleia Municipal.

Cada minuto de intervenção que exceda o seu intervalo de tempo é uma invasão do outro. Uma falta de respeito pelos colegas Deputados e um egoísmo. Por isso, contando que haja alguma tolerância, peço à Mesa que me avise quando eu exceder o tempo a que tenho direito.

Noto com alguma admiração que os dois candidatos do PSD, quer da Câmara Municipal quer da Assembleia Municipal, já renunciaram aos seus mandatos. Sem fazer qualquer juízo de valor mas é algo que espanta mas não choca.

Ao colega Deputado Vilafanha quero dizer que noto, com alguma admiração, que já adotou o novo acordo ortográfico e julgo que está em linha com o que hoje se ensina nas escolas, mas eu prefiro utilizar o termo nazi em vez de nazistas.

O mito urbano, que não é mito urbano, é o Sr. Dr. Passos Coelho ter dito aos professores desempregados para emigrar e ter dito aos Portugueses para não serem piegas.

Relativamente ao apoio industrial, constou-se que vai abrir uma nova empresa na Cordinha. Se isto não é apoio ao setor industrial então não sei o que será?

Quero partilhar convosco um escândalo que demonstra o abandono e o esquecimento da Beira Serra:

Foi ontem aprovado o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas em Conselho de Ministros, o PETI3+, para o horizonte de dois mil e vinte. Oitocentos milhões de euros.

Novamente, para espanto dos espantos, o IC6 não consta. Excluído do Plano de Infraestruturas de Alto Valor do ano passado, este ano é novamente excluído no PETI3+.

Já que o PS, como foi aqui dito, nada faz pelo interior, é no entanto o partido responsável por cada quilómetro até agora realizado do IC6. Por isso, até que os submarinos sejam uma mais-valia para o interior, julgo que o PS ainda não esqueceu a Beira Serra.

Hoje o IC6 não avança e não é por falta de dinheiro, não é por falta de oportunidade. Hoje o IC6 não avança por falta de compromisso e de vontade política. Há várias estradas nacionais que estão no limite das suas capacidades e de segurança. Digo isto porque é um risco circular nestas estradas. Um risco ao qual não temos alternativa. A Estrada Nacional 17 e a Estrada Nacional 230 exigem intervenção rápida porque não estão em condições de utilização e demonstram desrespeito e desleixo dos Partidos que estão no Governo por manterem paulatinamente a Beira Serra ao esquecimento.

Apelo nesta Assembleia para que não nos tirem o que temos direito para beneficiarem o Litoral que já é mais desenvolvido. Como tal não posso deixar de lamentar o silêncio por parte do PSD.

Quero terminar esta intervenção para assinalar com desagrado que as verbas atribuídas a Portugal no âmbito do horizonte-20-20 tardam a chegar às empresas. Isto é um problema real cujas razões nos ultrapassam mas ao qual

não devemos fazer “vista grossa” sob prejuízo do desenvolvimento da nossa região.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Permitam-me que utilize aqui hoje um nome novo: Companheiros de caminhada, amigos de Oliveira do Hospital. Todos nós somos companheiros e caminhamos num sentido comum. Acho que nos devemos unir para resolver os problemas de Oliveira do Hospital e não nos devemos dividir.

O meu colega de bancada já falou sobre o IC6 e sobre a Estrada Nacional 17 mas quero também referir que o Governo tem que ser responsabilizado pelo que se está a passar nestas estradas e também no IP3.

Não esqueçamos que muito do trânsito e que a deterioração destas estradas se deve às obras que se estão a realizar no IP3.

Há mais de dois anos que o IP3 era para abrir ao trânsito depois das obras que estão a ser feitas na recuperação das pontes. Obra de um Governo PSD quando o Dr. Aníbal Cavaco Silva era Primeiro-Ministro. Não nos esqueçamos disto!

Os camiões passam nestas estradas em direção a Celorico da Beira para fugirem do IP3 e para não irem pela zona de Mangualde. Não vão pela zona de Santa Comba Dão porque é mais longe e porque têm que poupar combustível. Há também aqui responsabilidade e tem que se dizer de quem é.

Não entendo porque ouviu-se a Ministra das Finanças dizer que os cofres estão cheios e que a Grécia pode sair do euro porque nós estamos preparados e tempos cá o dinheirinho todo para ultrapassar isso tudo e depois não se fazem as obras essenciais e aqui para a nossa região, as obras no interior nomeadamente no IC6 e IC7 não se fazem. Eu não consigo compreender isto!

Realçar o empreendedorismo de Oliveira do Hospital. Dois jovens daqui, mais uma vez, estão nas páginas dos jornais porque fizeram uma boa representação da nossa comunidade. Refiro-me aos jovens proprietários da empresa Docereal.

Realçar também a exposição dos Produtos biológicos que já vai no quinto ano. Não nos esqueçamos que se comermos alimentos da terra e tratados da melhor maneira estamos a desenvolver a nossa comunidade e estamos a dar trabalho aos Oliveirenses. Já hoje ouvi na rádio boa nova que muitas pessoas estão a passar mal devido às míseras reformas e que têm que ir buscar outros rendimentos para sobreviver.

Quero dizer ao Dr. Nuno Vilafanha que a EPTOLIVA cria competências e capacidades. Há um ditado chinês que diz isto: “*Deem-me uma cana e ensinem-me a pescar mas não me deem o peixe*”. É o que a EPTOLIVA faz.

Quanto aos emigrantes quero dizer que mais de trezentos mil Portugueses emigraram nos últimos quatro anos. Emigraram para Países que não são da Europa. Não vamos por esse discurso e não vamos por esse caminho. Estamos a quatro meses das eleições legislativas e já estamos muito envolvidos na política. Assistimos também todos os dias a um Governo que já não Governa já está a pensar nas eleições legislativas de outubro. Há atrasos na atribuição de subsídios há atrasos nos projetos há atrasos em tudo. Os Secretários de Estado já não governam só pensam nas legislativas. Não pensem que vão surgir coisas novas porque não vai. Também vemos, o que para mim é o mais grave, o Primeiro-Ministro a negar as afirmações dos Ministros. Há duas questões: Ou está doente, porque a negação também poder ser uma doença. Ainda há dias o ouvi dizer: “*Não mandei ninguém emigrar*”. Também ouvi na televisão o Primeiro-Ministro dizer que “*não houve aumento de impostos*”. Também ouvi hoje dizer que as pessoas de mais baixos recursos não sofreram nada porque se alteraram os impostos. Negou-se duas vezes!

Eu pergunto: O IVA que foi aumentado, para as pessoas de baixos recursos, não tem influência?

Claro que sim. O aumento do IVA veio afetar-nos a todos.

Relativamente ao trabalho da Câmara quero dizer ao Sr. Presidente aos Srs. Vereadores e a toda a equipa e dizer o seguinte: Quem paga a tempo e horas e quem tem uma gestão como esta é um exemplo que deve ser seguido.

Ao Sr. Vereador da oposição também quero dizer que espero que esteja aqui mais tempo do que a sua colega anterior porque lhe deu um ar qualquer e desapareceu. Tenho pugnado sempre por isso, e excluindo motivos de força maior, acho que um mandato é para levar do princípio até ao fim.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Querida dar as boas vindas a quem está aqui hoje pela primeira vez e faço votos para que façam um bom trabalho.

Há aqui coisas que só vendo é que acredito: Venho aqui falar em nome da minha Freguesia e em nome de quem mais precisa, que são as pessoas que tudo pagam, e refiro-me concretamente ao assunto da saúde. Pode haver falta de

médicos em algumas zonas mas, no caso da Freguesia de Nogueira do Cravo, quero referir que convidámos um médico, que reside na Freguesia, para fazer serviço no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital. Ele aceitou e autorizou que enviássemos o nome dele no ofício que dirigimos à ARS. Parece que já abriu concurso mas todos os dias sou confrontado por pessoas mais idosas e com problemas de saúde e já vamos para o quarto mês sem médico de família.

Na nossa Freguesia temos um médico que está disposto a prestar serviço e por isso gostaria que o Sr. Presidente nos informasse do ponto da situação relativamente à falta de médicos.

A população está revoltada e provavelmente iremos tomar uma posição mais musculada.

Outra situação muito grave é a situação da Estrada Nacional 17: A estrada está cada vez mais deteriorada. Há um grande aumento de tráfego. Tem havido mais acidentes. A Junta de Freguesia, com os poucos recursos que tem, é que tem feito a limpeza e reparação das bermas e dos passeios da Estrada Nacional porque as pessoas residentes junto à estrada dizem que se sentem abandonadas por toda a gente.

Eu, enquanto Presidente de Junta, tento fazer o melhor que posso e por isso, Sr. Presidente, queria pedir-lhe mais uma vez para nos esclarecer se já há data para a reparação da Estrada Nacional 17.

Pelo que sei as obras no IC6 foram prometidas no ano passado, e este ano foram outra vez prometidas, mas ainda não há IC6.

A nossa Estrada Nacional 17 está cada vez pior e eu não sei se o nosso Governo já desistiu de vez de Oliveira do Hospital ou se já abandonou Oliveira do Hospital.

Os Oliveirenses são Portugueses e também pagam impostos e, por isso, têm direito a ter as mesmas condições dos restantes Portugueses.

Lembro-me que durante o Governo do Eng.º Sócrates foi aprovada no âmbito da Segurança Social a maior obra pública do Concelho: Foi a obra da Santa Casa da Misericórdia de Galizes. É uma obra de dois milhões de euros e é a maior obra pública do Concelho, que está agora em fase de conclusão, e que vai criar mais postos de trabalho.

Para as pessoas que dizem que a Câmara Municipal não faz obras eu quero dizer que a Câmara Municipal tem inaugurado obras mensalmente. Ainda há pouco tempo na minha freguesia foi feita a inauguração do *Camping Car* do Senhor das Almas.

Neste momento o Senhor das Almas é uma porta de entrada para o turismo no nosso Concelho. O *Camping Car* está a ser muito utilizado cada vez vejo mais gente nomeadamente vejo muitos estrangeiros.

O *Camping Car* é uma grande obra para Nogueira do Cravo e que valoriza muito a localidade do Senhor das Almas. Mais uma vez quero agradecer esta obra ao Sr. Presidente da Câmara e a todos os parceiros envolvidos. O *Camping Car* do Senhor das Almas é o melhor parque entre Coimbra e a Guarda.

Também referir a requalificação do coreto. O coreto tem cem anos e é muito bom ver aquele coreto requalificado e ver as bandas a atuar naquele lugar.

Agradeço também o empenho do Sr. Presidente da Câmara para a resolução do problema na rua do Salgueiro, entre Aldeia de Nogueira e Nogueira do Cravo. Aquela estrada vai ser alargada porque têm havido naquela estrada muitos acidentes.

Relativamente ao assunto dos refugiados gostaria de louvar a atitude do Sr. Presidente da Câmara e dizer que a caridade e a solidariedade não fazem mal a ninguém.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Bobadela, Sr. Vasco Marques Brantuas Ribeiro, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje dirijo-me a este palanque para vos comunicar duas situações: A primeira é de agradecimento à Câmara Municipal pelo apoio à obra para a substituição da cobertura do edifício do Centro Social que estava em risco iminente de ruir. Era urgente esta intervenção. Estou agradecido a todos os deputados desta Assembleia por votarem a favor do subsídio atribuído e dizer-vos que a obra está concluída.

O segundo tema, não a título de conclusão como o anterior, mas sim, a título informativo: Dizendo-vos que o nosso Concelho, nomeadamente a Bobadela, vai ficar mais valioso, quer a título de património como a título de receitas de IMI.

Já a partir do próximo mês de julho irá iniciar-se a construção de um condomínio adjudicado a uma empresa do Concelho com um investimento privado e da sua inteira responsabilidade financeira do mesmo investidor estrangeiro, Sir Malcolm Jack Witley. Esta obra terá o valor de cerca de três milhões de euros.

Este referido Senhor irá mandar construir em duas fases e com uma previsão final de dois anos. Levantando um pouco mais o véu, serão construídas

oito moradias na primeira fase e mais oito na segunda fase. Estas serão geminadas e tendo como referência T4.

Tendo como objetivo de desenvolver aos clientes futuros o lazer e propor o turismo local e nacional, não esquecendo que se irão criar postos de trabalho.

Agradeço ao Senhor Prof. José Carlos Alexandrino que desde a primeira hora agarrou este projeto com as suas equipas de trabalho não mais o largando. Agradecido fico pela sua compreensão porque o Sr. Malcolm vindo este investir no Concelho de Oliveira do Hospital não podíamos deixar voar este projeto para outro país onde esteve prestes a ser levado como o destino rumo a sul de Espanha onde habita uma parte da família do Sr. Malcolm.

Quero também agradecer ao Eng.º Miguel e ao Dr. José Francisco Rolo pelo apoio que os deram ao longo das conversações que fomos tendo em todos os momentos que estivemos juntos com o dito Senhor.

A isto, Sr. Presidente, isto, meus Senhores, chama-se governar! Governar Bem!”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“As minhas primeiras palavras são dirigidas às pessoas que estão hoje nesta Assembleia pela primeira vez para lhes dar uma palavra de incentivo na vossa participação.

Aqui é o lugar ideal para o debate público de divergência na área política. A divergência de opiniões é a riqueza da política. Aqui cada um emite livremente as suas opiniões.

Vou ser o mais sintético possível nas minhas respostas para não utilizar muito tempo tentando não deixar nenhum Deputado sem resposta.

Quero referir nesta minha intervenção duas ou três áreas fundamentais para o Concelho e quero dar-vos conhecimento do que é que foi feito nas diferentes áreas, o que é que correu bem e o que é que correu mal, porque estamos aqui precisamente para prestarmos contas da nossa atuação política.

A primeira área que quero referir é a área da saúde e não podemos fugir desta área com fugiram vários Deputados que hoje falaram aqui.

Na área da saúde não se pode brincar. Hoje alguém disse aqui que Oliveira do Hospital não tem uma boa saúde. Todos estamos de acordo e sabemos que Oliveira do Hospital não tem uma boa saúde.

A primeira pergunta que temos que fazer é a seguinte: De quem é a responsabilidade da saúde?

A responsabilidade da saúde é Municipal ou é do Governo central?

A resposta é clara e ninguém tem dúvidas. A área da saúde é uma responsabilidade do Governo central.

Tenho que vos confessar aqui algum espanto: Na última Sessão da Assembleia disse que estive reunido com o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Dr. Leal da Costa, onde lhe apresentei um projeto que ele acolheu. Encontrei nele um homem sensível nesta área e que percebe os diversos problemas da saúde. Nesta reunião fui acompanhado pelo Dr. Álvaro Herdade, não fui sozinho, porque senão alguns iam dizer que não foi nada disso que se passou mas eu tenho testemunhas de tudo o que se passou naquela reunião.

Consideramos a saúde uma área prioritária no nosso Concelho.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Dr. Leal da Costa, disse que o projeto que lhe apresentámos era um projeto ambicioso e que seriam capazes de o colocar no terreno. Ele disse ainda que dentro de três semanas marcaria uma reunião de trabalho aqui na Câmara Municipal com a Administração Regional de Saúde do Centro para fazermos uma negociação e elaborarmos o protocolo de cedências nas diferentes áreas.

Mas qual é o meu espanto, meus caros amigos, é que passaram as três semanas e o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Dr. Leal da Costa, não disse nada!

Logicamente que não andei a telefonar para o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde antes de terminarem as três semanas. Mas depois de terem passado as três semanas todos os dias os meus serviços telefonaram para o gabinete do Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde para perguntar em que dia é que o Sr. Secretário de Estado vem fazer a prometida reunião. Todos os dias lhe telefonamos para o recordar. O Sr. Secretário de Estado vai-se escondendo debaixo de umas desculpas através do seu chefe de gabinete mas não marca a prometida reunião.

Meus caros amigos, sabem o que é que eu desconfio? Não tenho certezas absolutas disto mas desconfio de uma coisa que é terrível: Desconfio que há conversas nos corredores do poder político devido à aproximação das eleições e que alguém da política, e eu não estou a dizer que foi o PSD de Oliveira do Hospital, mas não tenho dúvidas que houve mão política a nível do Distrito de Coimbra para que não se fizesse a reunião nesta altura de eleições. Eles pensam que não é altura para resolver este assunto da saúde porque ainda podem imortalizar o Presidente da Câmara e ainda lhe fazem uma estátua.

Alguém disse ao Sr. Secretário de Estado para que não faça agora a reunião e para deixar passar as eleições. Houve uma reunião, e há aqui pessoas que estavam lá presentes, e por isso digo que do PSD distrital vem pouco para Oliveira do Hospital porque fica a oitenta quilómetros.

Numa das reuniões distritais do PSD em Coimbra, e isto foi revelado por fontes sérias que me contaram isto, e estão aqui pessoas que também lá estiveram, disseram que o IC6 e o IC7 não deveriam ser feitos por causa do José Carlos Alexandrino. Foram Presidentes de Municípios do PSD que me disseram isto e eu calei-me até hoje.

Nesta área da saúde não me posso conformar com esta partidarite porque os interesses na área da saúde não têm cor, não são laranjas, não são rosas. São as pessoas que morrem e por isso nós temos a obrigação, e eu, como Presidente do Município, tenho a obrigação de defender os mais desprotegidos.

Nós não podemos admitir o que se passou porque isto foi travado nos corredores da política, não só pela política mas também por outras áreas.

Já vos disse, acho que está na hora e não podemos deixar arrastar mais este problema. Temos que fazer uma grande reivindicação na área da saúde, derivado a este facto, e também temos que reivindicar o IC6 e o IC7. Devemos fazê-lo o mais depressa possível, na minha opinião.

Desafio todas as forças políticas, e todos assumirão as suas responsabilidades, e veremos quem lá está nesta luta de defesa do Concelho de Oliveira do Hospital a colocar o Concelho de Oliveira do Hospital acima dos interesses partidários.

Acho que o devemos fazer o mais depressa possível porque se aproximam as eleições e não podemos partidarizar esta luta. Esta luta tem que ser do Concelho e por isso não podemos arrastar este problema porque se arrastamos isto para junto da data das eleições vão dizer que estamos a fazer contrapoder.

Desafio todas as forças políticas, os empresários, todos os Municípes para que se unam numa grande jornada de luta e reivindicação, a curto prazo, pela saúde e pelos IC's.

Sei que a Câmara Municipal de Gouveia e a Câmara Municipal de Seia estão neste momento mais disponíveis para aderirem a esta jornada de luta.

Por isso, meus caros amigos, chegou a hora. Eu poderei ficar sozinho mas estarei a defender o Concelho de Oliveira do Hospital independentemente das foças políticas.

Não mudarei de atitude e faço este compromisso convosco, cara a cara, olhos nos olhos, e se o Governo mudar, e se o próximo Governo for do Partido Socialista, os Senhores não terão aqui um Presidente da Câmara diferente mas terão o mesmo José Carlos Alexandrino que defenderá o Concelho de Oliveira do Hospital acima de qualquer partido.

Lanço o desafio e peço uma participação coletiva do Concelho de Oliveira do Hospital para fazer uma grande manifestação em defesa dos interesses do Concelho e onde não entrem os interesses partidários.

Eu às vezes também me enervo e enervo-me sobretudo com as injustiças que fazem ao nosso território.

Tenho a consciência que não sou um homem perfeito, e que me engano muitas vezes, mas também tenho consciência que luto em conjunto com a minha equipa para tomarmos as melhores atitudes sobretudo em prol do nosso Concelho e em prol dos nossos Municípios.

Vamos para outra área, que é também uma área que eu considero fundamental, que é o problema do IC6 e do IC7 e da Estrada Nacional nº 17: Não sei se sabem mas sempre que há um acidente eu recebo sempre informação e quando percebo que há gravidade eu estou sempre lá para ajudar as pessoas. Às vezes até me calham coisas horríveis e o Francisco Rodrigues é testemunha. Na sexta-feira fomos comunicar a morte de um filho a um funcionário da Câmara que nos foi comunicada pela GNR. Mas eu estou lá e não deixo o meu povo sozinho.

Não há semana nenhuma que eu não receba mensagens de acidentes na Estrada Nacional nº 17 causados pelo mau estado da pavimentação daquela estrada.

Nas Estradas de Portugal disseram-me que estava a decorrer um concurso, no valor de quatro milhões de euros, para fazer obras na Estrada Nacional nº 17, no troço que atravessa o nosso Concelho, e é com surpresa que até agora ainda não tenha visto qualquer obra naquela estrada.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia também fez referência ao mau estado de conservação da Estrada Nacional nº 230: Sobre este assunto eu gostava de vos ler um ofício que aqui tenho das Estradas de Portugal em resposta às reivindicações da Câmara Municipal e que diz o seguinte: “Assunto: Estado da EN230 entre o Km 126+440 e o Km 143+880.

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, temos a informar que a EP monitoriza o estado de conservação da sua rede de estradas através de inspeções aos pavimentos, com uma cadência anual.

Estas inspeções permitem obter um indicador de qualidade dos pavimentos (IQ) que varia entre 0 e 5.

O estado de conservação do pavimento do troço da EN230, entre o Km 126+440 e o Km 143+880, apresentou, em 2014, uma baixa qualidade dos pavimentos (IQ=1,6).” (Isto quer dizer que é um pavimento quase intransitável.)

“A necessidade de intervenção nesta via já tinha sido identificada em 2013 e a sua reabilitação integrou o Plano de Investimento da EP. A intervenção foi objeto de processo de concurso, incluída nas intervenções previstas para as intempéries de 2012-2013, mas o contrato não chegou a ser assinado.

Atendendo ao planeamento existente anteriormente, esta intervenção não integrou o Plano de Proximidade 2015-2019 da EP.”

O que é que os Senhores querem que eu vos diga quando recebo uma carta destas que é escrita pelas Estradas de Portugal?

Dr. Nuno Vilafanha, o Senhor que é um homem sério acha que esta resposta das Estradas de Portugal é séria?

Reconhecem que o pavimento tem um índice de qualidade de um, vírgula seis, numa escala de zero a cinco. Até fizeram um concurso público.

Sabem qual é o meu medo depois de ter recebido esta carta? É que também tenham anulado o concurso dos quatro milhões e nós continuamos a ter acidentes naquela estrada e continuam a morrer pessoas. Isto é dramático!

A resposta que é dada nesta carta é de gente séria? Eu gostava de saber qual é a nossa opinião sobre isto.

Vamos falar de outra área para não deixarmos nada para trás. Relativamente ao assunto dos refugiados, e para desmistificar algumas coisas que disse o Sr. Deputado Nuno Vilafanha, quero dizer-lhe que o Senhor fez aqui um número de grande demagogia. O Senhor fez-me lembrar uns miúdos: Às vezes nos jogos atirávamos umas pedras e depois dizíamos que não tínhamos sido nós e ficávamos quietinhos a fazer-nos de vítimas. Hoje o Senhor fez-me lembrar esses tempos da minha meninice na Escola do Primeiro Ciclo. O Senhor atirou com a pedra num comunicado e depois baixou-se e disse: Não, isto não foi nada connosco.

O Senhor tem razão porque a reação foi violenta e desmedida. Também tenho que dizer que se calhar foi desnecessária. Reconheço que o Senhor não se tem comportado de forma nazi nem xenófoba e admito que tenha utilizado

uma linguagem excessiva mas eu não sou homem de dar a face a quem me dá uma palmada e geralmente respondo no mesmo tom.

No seu comunicado o Senhor disse que eu estava a fazer teatro. Foi esta a única coisa que me impressionou no seu comunicado e por isso eu reagi desta maneira. “*Quem não se sente não é filho de boa gente*”, já lá dizem na minha aldeia.

Também lhe quero dizer que na minha terra já há teatro há mais de cem anos mas por falta de jeito nunca me aceitaram para fazer parte do grupo de teatro.

Quando o Senhor disse que o assunto dos refugiados era uma teatralização achei que o Senhor nos estava a chamar de artistas.

Também quero dizer-lhe que a primeira pessoa a disponibilizar-se para receber cinquenta por cento dos primeiros refugiados foi um homem que foi Secretário-geral do PSD e foi Primeiro-ministro do PSD. Esse homem chama-se Santana Lopes.

Eu olhando para aquelas pessoas e tendo uma visão de solidariedade, também poderia ter perguntado e ouvido a opinião da Assembleia Municipal mas sou um homem às vezes impulsivo e até pensei que estava a ajudar o Primeiro-ministro de Portugal que tem um problema entre mãos. Isto de irmos a Bruxelas, não é só ir pedir dinheiro para investirmos em Portugal porque também nos pedem solidariedade em relação aos outros povos, nomeadamente neste caso em relação aos refugiados, e Portugal também tem que colaborar. Eu até estava a ajudar a resolver um problema a este Governo.

Vocês fizeram uma leitura completamente errada. Eu poderia ter ido a alguns telejornais porque fui o primeiro a ter este gesto de solidariedade e quero dizer-lhe que me neguei a ir a alguns programas de televisão para que este assunto não fosse mediatizado porque isso para mim não era importante o que é importante é o objeto e por isso é que fiz uma carta ao Primeiro-ministro para manifestas a disponibilidade para receber os refugiados e ele até respondeu de forma muito simpática e reencaminhou o assunto para o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Também quero dizer-lhe que recebi de várias Associações de Emigrantes cartas com mensagens de solidariedade e a enaltecerem esta posição. Digo-lhe ainda que outros Presidentes de Câmara também já se disponibilizaram para receber os refugiados.

Dr. Nuno Vilafanha, Portugal também tem pessoas que precisam de apoio social, como por exemplo os sem-abrigo, mas Portugal vai ser obrigado a

acolher os refugiados. Não é só irmos pedir o dinheiro a Bruxelas porque depois também nos pedem e também temos que dar resposta.

No que diz respeito a este assunto dos refugiados também queria informar que nós não precisávamos de prescindir de meios porque Bruxelas falou que para acolher estes setecentos refugiados Portugal iria receber cinquenta milhões de euros.

Quem é pai e quem tem coração não gosta de ver aquelas crianças naqueles barcos.

Com este pequeno gesto e com este contributo acho que éramos capazes de integrar estas famílias sem grande problema. Teríamos capacidades para lhes proporcionar dignidade, respeitando as suas crenças e as suas opções de vida. Era um pequeno contributo de Oliveira do Hospital para com esta gente que foge à guerra e que põe a vida dos filhos em risco para fugir à pobreza e à miséria

Tenho a certeza que depois de refletirmos este assunto o PSD mudará de posição tal como quero agradecer a posição do Dr. Luís Lagos, que não poderia ser outra, porque ele também é pai e percebe o que eu estou a dizer.

Não é o discurso dos coitadinhos, é o discurso da solidariedade. É um gesto de Oliveira do Hospital. Não é um gesto para ser bonito ou para ser feio. É um gesto sentido para ajudar.

Tenho a certeza que se acolhermos esta gente todos ajudávamos para que estas crianças fossem mais felizes aqui connosco do que nas condições em que vivem.

Reconheço que o meu posicionamento tenha sido excessivo e também sou homem para lhe pedir desculpa.

Dr. Nuno Vilafanha, relativamente aos aumentos da água quero dizer-lhe que ando farto desta conversa.

Os aumentos já foram feitos há muito tempo mas vou responder-lhe a si, porque há pessoas a quem eu não estou para responder porque batem sempre no mesmo assunto e vão modificando as coisas, mas a si vou responder-lhe, até porque é a primeira vez que coloca esta questão. Por isso vou dizer-lhe o seguinte: O seu estudo está mal feito.

Defendi aqui as posições do Ministro do Ambiente. Um, homem que foi Secretário-geral do PSD, Jorge Moreira da Silva.

O Sr. Ministro convidou-me há pouco tempo para ir a Vila Real falar para os Autarcas da Comunidade Intermunicipal do Douro. Fui lá eu e o Dr.

Francisco Rodrigues. Eu fui lá defender a posição do Sr. Ministro que reconhece que há um conjunto de erros nas taxas que nos aplicaram.

O Senhor quando critica aqui os aumentos da água está a criticar o seu Governo e está a criticar o PSD. Eu não sei se é essa a intenção!

Porque o seu Governo, no que diz respeito ao saneamento propõem-nos, para dois mil e dez, que ele seja pago a zero quarenta e oito; Em dois mil e onze, a zero cinquenta e um; Em dois mil e doze a zero cinquenta e dois; Em dois mil e treze, a zero cinquenta e três e em dois mil e catorze a zero cinquenta e quatro.

Sabe quanto é que nós pagamos neste momento? Pagamos cerca de zero setenta e sete.

Também houve aqui um erro do Governo de Sócrates quando autorizou que a Covilhã saísse das Águas do Zêzere e Côa, o que veio fazer com que as Águas do Zêzere e Côa não alcançassem o número que estava previsto no Plano de viabilidade.

O Preço da água em Oliveira do Hospital é mais baixo do que a média nacional. Já o disse aqui e reafirmo-o.

Em todos os estudos da ERSAR nós temos o preço da água mais baixo do que a média nacional.

Nós não queremos ter lucro, nem com a água nem com o saneamento, mas temos que recuperar a despesa porque isso é sinal de boa gestão.

O Senhor também podia ter citado um ou dois Municípios que têm a água completamente à borla. Há Municípios que acham que devem tirar verbas das Transferências do Estado para suportar o pagamento da água mas isso é uma opção política.

Pergunto-lhe Sr. Deputado Vilafanha: Nós poderíamos continuar a ter um *deficit* de cerca de um milhão e quatrocentos mil euros?

É claro que não podíamos continuar a ter este *deficit* porque isso iria causar um estrangulamento financeiro na Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

Esta Câmara tem as contas equilibradas como iremos ver quando discutirmos o Ponto I referente à parte financeira.

Nós continuamos a ter um *deficit* na água e os Senhores Presidentes de Junta sabem que nós poderíamos fazer mais obras se não fosse este problema da água mas quando resolvermos este problema da água haverá mais obras para as Freguesias.

Também gostava que me dissesse qual é o caso social que em Oliveira do Hospital não teve resposta.

Em Oliveira do Hospital, e desde que tenhamos conhecimento, respondemos com ajudas sociais sempre na hora.

Relativamente ao investimento quero dizer que Oliveira do Hospital tem trabalhado bastante e nem sempre as coisas correm bem mas aquele exemplo da Zona da Cordinha, que vai ser inaugurado brevemente, é o primeiro exemplo da nossa luta.

Dizer também que há perspetivas para instalar outras empresas na Zona da Cordinha.

Também no âmbito do investimento, hoje trazemos aqui um conjunto de alterações a um Regulamento para agilizar processos de apoio ao investidor. Com estas alterações podemos proporcionar outras condições e podemos dar ajuda direta em determinadas infraestruturas até um máximo de trinta mil euros.

Acho que nós temos feito tudo para ajudar o investimento no Concelho de Oliveira do Hospital.

No que diz respeito ao investimento que vai se efetuado na Bobadela há outra pessoa que eu gostava de destacar e que foi também um homem muito empenhado: É o Sr. Fonseca. O Sr. Fonseca vai ser o responsável pelas obras nesta primeira fase.

Ainda referente à área da saúde, não posso deixar de fazer referência à Unidade Móvel da Saúde:

A Unidade Móvel da Saúde vai ser colocada a prestar apoio em algumas Freguesias. Nesta primeira fase experimental a Unidade Móvel da Saúde irá às Freguesias de Lourosa, Aldeia das Dez e São Gião.

A Câmara Municipal já fez um protocolo com a Fundação Aurélio Amaro Dinis, e quero agradecer ao Dr. Luís Lagos e ao Prof. Rogério toda a disponibilidade que tiveram para que houvesse esta cedência até porque as negociações não foram fáceis.

Sobre o financiamento das consultas quero dizer que a Câmara Municipal tem financiado consultas na psiquiatria, oncologia e oftalmologia. Têm sido as três áreas onde tem havido mais necessidades. Também é bom que se perceba que quando resolvemos estes problemas não andamos aí a embandeirar em arco nem a dizer que andamos a pagar porque é uma área muito sensível.

Penso que dei todos os esclarecimentos e mais uma vez digo que estou sempre disponível para responder a todas as perguntas.

Também gostava de dar esta informação: Estive em Bruxelas integrado numa comitiva da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento da Região Centro e aproveitei para fazer alguns contactos na Comissão de Mobilidade por causa dos IC's, para ver qual a possibilidade de se fazer uma candidatura direta, e também por causa do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano é um projeto de Bruxelas que engloba quinhentas e uma cidades europeias e Oliveira do Hospital também esteve presente. Há aqui um grande trabalho para fazermos neste Plano Estratégico. Hoje a Arquitecta Alexandra virá aqui fazer uma apresentação relacionada com este Plano Estratégico sobretudo para provocar a discussão e para que possa haver uma participação coletiva.

Este projeto do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano estava só confinado à União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços mas eu acho que devemos ir mais além e que devemos criar uma segunda área de Reabilitação Urbana na Bobadela.

Acho que devemos ser capazes de lutar pelos dinheiros para que também possamos projetar a Bobadela e dar-lhe outra dimensão.

O processo de candidatura para este projeto vai iniciar-se em setembro. É uma candidatura muito importante e se tivermos uma candidatura com qualidade podemos trazer para esta zona um financiamento direto de oito milhões de euros para o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. Se o projeto não for bem conseguido só teremos financiamento de cerca de quatro milhões.

É um projeto muito difícil e por isso contratualizamos pessoas e empresas que têm muita experiência nesta área para que não possamos perder esta oportunidade.

O que está aqui em causa não é a cor laranja nem a cor rosa. O que está aqui em causa é o desenvolvimento de Oliveira do Hospital.”

De seguida iniciou-se o Período de Intervenção do Público e foi dada a palavra ao Sr. João Pedro Correia Cruz que fez a seguinte intervenção:

“Exmo. Sr. Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, tal como V. Exa. já aqui referiu, o público que intervenha nas Sessões da Assembleia Municipal deve fazer ao Executivo perguntas de natureza pessoal, social e comunitária.

É precisamente isso que eu tenho feito e quero continuar a fazer sem ser necessário trazer um dicionário de Português, como trago aqui hoje, para as Sessão da nossa Assembleia Municipal.

Porem, V. Exa. sempre intervém, antes, durante ou no final dos meus pedidos de uso da palavra e das minhas intervenções para cortar nas perguntas que eu entendo fazer e também cortar nas respostas que ao Sr. Presidente da Câmara compete dar.

Trata-se de um comportamento antidemocrático que desprestigia quem o pratica e desprestigia a própria Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital.

Volto a apelar para que não ceda à tentação de utilizar assim uma espécie de lápis azul de censura política nesta Assembleia. Não lhe fica bem!

Posto isto, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara:

No resumo do Relatório de Contas de dois mil e treze, apresentado pela Câmara ao Conselho Municipal da Juventude de Oliveira do Hospital, consta que a obra que correspondeu ao projeto vencedor do chamado Orçamento Participativo Jovem, desse ano de dois mil e treze, ficou à Câmara em quarenta e nove mil, quinhentos e dezoito euros e dezanove cêntimos, portanto ficou apenas a quatrocentos e oitenta e um euros e oitenta e um cêntimos do teto máximo, relativamente decente, de cinquenta mil euros permitido nessa altura para o correspondente concurso prévio no âmbito do dito Orçamento Participativo Jovem.

Enfim, é desde logo estranha uma diferença tão curta, repito apenas de quatrocentos e oitenta e um euros e oitenta e um cêntimos, entre o orçamento e o executado. Dá a entender que terá havido engenharia financeira ou outra ...

Pergunto frontalmente ao Presidente da Câmara, que entretanto também tinha feito uma intervenção no mesmo edifício onde foi executado o projeto em causa, será que a Câmara não forneceu trabalhadores municipais, materiais ou equipamentos que não foram contabilizados para que, formalmente, o projeto vencedor do concurso do Orçamento Participativo Jovem, ano de dois mil e treze, não furasse o teto máximo permitido dos cinquenta mil euros?

Continua sem me ser fornecida ou exibida, pela Câmara, a credencial ou congénere que mandata o Sr. André Feiteira como representante da JSD no Conselho Municipal da Juventude onde participa. Mas afinal por que razão é que a Câmara não mostra essa credencial e não fornece uma cópia?

A persistir nesta recusa a Câmara deixa-nos na dúvida: Será que o Sr. André Feiteira representa a JSD ou será que representa a Câmara no Conselho Municipal da Juventude?

Por que razão me foi dito que eu teria que pagar os documentos que solicitasse reproduzidos pela Câmara para eu poder exercer as minhas funções e competência enquanto membro do Conselho Municipal da Juventude em Oliveira do Hospital?

Os Srs. Vereadores, os respetivos Assessores, os Membros desta Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital também pagam os documentos que solicitam para reprodução na Câmara?

Espero que desta vez o Sr. Presidente da Câmara me responda às perguntas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Todos vocês sabem que já tivemos vinte anos e por isso hoje sabemos que pensamos de forma diferente.

Quero dizer o seguinte ao ilustre Sr. João Cruz: Não sei quem é o Senhor para vir aqui fazer um conjunto de considerações em relação ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal. O Senhor não foi eleito por nenhuma força política.

Eu não deveria responder às perguntas que têm insinuações e passo a ler: *“Enfim, é desde logo estranha uma diferença tão curta, repito apenas de quatrocentos e oitenta e um euros e oitenta e um cêntimos, entre o orçamento e o executado. Dá a entender que terá havido engenharia financeira ou outra ...”* Esta não é uma forma correta de colocar as questões.

Quem não se dá ao respeito não pode ser respeitado.

O Senhor poderia ter feito a pergunta de outra forma mas quando o Senhor fala de engenharia financeira, o Senhor está a falar de quê?

Qual engenharia financeira?

Aqui há concursos! Para aquela obra concorreram várias empresas.

O Senhor poderia ter perguntado quais foram as empresas que concorreram porque eu dir-lhe-ia quais é que foram.

Também lhe digo que a obra até poderia ter sido adjudicada por sessenta mil euros e depois do auto de medições ela ficar em quarenta mil euros.

O valor está aqui. O Senhor, se quiser, até poder saber por quanto é que a obra foi adjudicada e também pode saber quais foram as empresas que concorreram porque é um direito que lhe assiste como Munícipe e não é preciso fazer parte do Conselho Municipal da Juventude para ter direito a esta informação.

O Senhor não é Membro da Assembleia Municipal. O Senhor escreva-me que eu respondo-lhe.

Eu não tenho medo das suas insinuações, mas não é correto, da sua parte, colocar todos os assuntos debaixo de suspeições como se nós fossemos uns criminosos.

Se quer respostas e se quer que nós sejamos sérios o Senhor também tem que fazer perguntas sérias.

Relativamente à segunda pergunta eu quero dizer-lhe o seguinte:

O André Feiteira enquanto representante da JSD está retificado pela Comissão Distrital do PSD de Coimbra. Ele até pode ter estado ilegal mas a partir do momento em que houve a retificação da Comissão Distrital do PSD de Coimbra ele deixou de estar.

Penso que o Prof. Nuno Ribeiro que está no Conselho Municipal da Juventude que lhe deve mostrar essas coisas porque não há problema absolutamente nenhum.

Relativamente ao pagamento dos documentos quero dizer-lhe o seguinte: O Senhor faz parte do Conselho Municipal da Juventude e o artigo 16º, alínea e), do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude diz o seguinte: “*Os Membros do Conselho Municipal da Juventude têm direito a solicitar e obter acesso à informação e documentação necessárias ao exercício do seu mandato, junto dos órgãos e serviços da autarquia, bem como das respetivas entidades empresariais municipais, caso existam.*”

Eu acho que não lhe foi negada qualquer informação mas o Senhor não faz parte da Assembleia Municipal.

Se um cidadão, que não é elemento desta Assembleia Municipal, fizer um conjunto de pedidos, é obrigado a pagar esses pedidos.

Os elementos desta Assembleia Municipal têm acesso aos documentos gratuitamente mas o Senhor não faz parte desta Assembleia Municipal, o Senhor faz parte do Conselho Municipal da Juventude.

Todos os documentos que o Senhor peça, no âmbito do Conselho Municipal da Juventude, eles ser-lhe-ão facultados gratuitamente porque o Senhor faz parte deste órgão.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município e foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre a situação financeira da Câmara Municipal gostaria de dizer o seguinte, e é a última vez que vou falar sobre isto: Mais uma vez digo, e eu não quero entrar em nenhum tipo de polémica por uma razão extremamente simples: Não estou para isso e não vou perder tempo com coisas que para mim só servem para criar factos políticos ou até para se fazerem notícias de rumores. Há quem seja especialista em rumores! Eu não estou para alimentar este tipo de notícias.

As pessoas que têm dúvidas, têm os Tribunais, têm o Ministério Público. Denunciem! Denunciem para que seja feita uma investigação. Quem não deve, não teme.

Agora, andar sempre com ameaças, com a suspeição...

Eu vou dizer pela última vez: Eu não sou contabilista da Câmara Municipal; Eu não toco em dinheiro dentro da Câmara Municipal; Eu não tenho nenhum cartão de crédito, como têm muitos elementos dos Governos. Aqui nesta Câmara Municipal não há nenhum elemento do Executivo que tenha cartão de crédito; Não há aqui nenhum elemento que mexa em dinheiro. Mexemos em autorizações de pagamento;

Quando surgiu a possibilidade de ter havido um engano nas contas pedi à Contabilidade, de forma escrita, para que me esclarecessem, e para que esclarecessem todos os elementos da Assembleia Municipal, se havia algum erro. Não posso ser eu a ditar à Coordenadora da Contabilidade e ao Chefe de Administração e Finanças o que é que eles escrevem na informação porque senão é o poder político a querer influenciar a parte técnica.

Os serviços enviaram-me a resposta técnica e eu enviei a resposta aos elementos para apresentarem ao Ministério Público. Fiz isto sem problema nenhum.

Dr. Luís Lagos, quero dizer-lhe que não sei se a resposta técnica estava bem mas fiquei com a certeza quando a Contabilidade e o Chefe de Administração de Finanças me disseram que as contas estavam bem e de que não há nenhum engano.

Perante algumas dúvidas pedi ao Francisco Rodrigues para elaborar um documento, que irá ser distribuído a todos os deputados, e pedi-lhe também para dar um último esclarecimento. Depois disto quem quiser tornar a pôr este assunto nos jornais eu próprio farei uma comunicação ao Ministério Público relativamente a esta suspeição para não haver dúvidas nenhuma, tal como já fiz noutros casos em que fui eu que entreguei ao Ministério Público mas até agora o Ministério Público tem arquivado todos os processos.”

De seguida foi dada a palavra ao Adjunto do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Francisco José dos Santos Rodrigues, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a esta situação passo a explicar o seguinte: Se os Senhores Membros da Assembleia Municipal bem se recordam já na última Assembleia Municipal me foi pedido para que desse aqui uma explicação, em cima do acontecimento, sobre a eventual divergência que pudesse haver na interpretação dos valores. Logo na altura eu tive oportunidade de dizer que os valores que constavam na informação sobre a situação financeira do Município, reportada a trinta e um de março, coincidia, tal e qual, com os valores constantes no mapa de fluxo de caixa que tive oportunidade de extrair do sistema de contabilidade autárquica naquela mesma noite. A divergência que haveria entre o valor constante no mapa de trinta e um de março, em comparação, e tendo em conta o raciocínio que foi elaborado na altura, com o mapa de trinta e um de janeiro, só poderia ter a ver com uma situação que era o facto de no mapa de trinta e um de março não serem descontados o valor relativo a trinta e um de janeiro. A verdade é que o mapa de trinta e um de março reflete os valores desde um de janeiro a trinta e um de março e não apenas os valores entre um de fevereiro e trinta e um de março. Logo, ao mapa de trinta e um de março devem ser descontados os valores refletidos em trinta e um de janeiro.

De qualquer modo, uma vez que persistem dúvidas, acho que vale a pena serem esclarecidas.

Hoje todos os Senhores Deputados têm na sua posse um conjunto de documentos que vão possibilitar-vos interpretar o que vou explicar:

Têm no documento número um, que é a informação sobre a situação financeira reportada a trinta e um de janeiro de dois mil e quinze, e depois têm o documento número quatro, que é o mapa de fluxos de caixa entre um de janeiro e trinta e um de janeiro de dois mil e quinze, e vão reparar num valor, que está destacado com marcador cor-de-rosa, em que o saldo para a gerência seguinte é de um milhão, cinquenta e quatro mil, novecentos e noventa e sete euros e quatro cêntimos e que bate exatamente com o valor do total de disponibilidades no mapa de informação financeira reportada a trinta e um de janeiro de dois mil e quinze. Portanto, em trinta e um de janeiro não há dúvidas.

Vamos a trinta e um de março: A mesma informação sobre a situação financeira do município reportada a trinta e um de março de dois mil e quinze, surge com o valor de total de disponibilidades de setecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e trinta e três euros e noventa e quatro centavos. Se for consultado o documento número cinco, que é o mapa de fluxos de caixa a trinta e um de março de dois mil e quinze, tem exatamente o mesmo valor, que está destacado com marcador cor-de-rosa, de setecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e trinta e três euros e noventa e quatro centavos.

A coincidência entre a informação financeira, trazida à Assembleia Municipal, e o mapa de fluxos de caixa penso que não gera dúvidas para ninguém.

Ainda assim, entendi que valia a pena explicar melhor a forma como o mapa de trinta e um de março deve ser interpretado tendo em conta os valores introduzidos na informação financeira reportada a trinta e um de janeiro de dois mil e quinze: Se pegarem nos documentos, número três ponto um e três ponto dois, têm o mapa sobre a situação financeira do município reportada a trinta e um de março, que transcreve exatamente o mesmo mapa que já tinha sido distribuído na Sessão da Assembleia Municipal de abril e em que aparece um total das receitas orçamentais com dois milhões, novecentos e trinta e seis mil, novecentos e setenta e cinco euros e oitenta e cinco centavos. Se verificarem com o documento número dois, é exatamente isso que lá está.

Aparece, depois, um valor a vermelho que diz: a) Reembolsos e restituições, e podem ver no documento número três ponto dois o que é que a alínea a) significa. Significa que este valor é referente a reembolsos e restituições, cujo valor é depois abatido à receita cobrada bruta (total das receitas orçamentais refletido no mapa de fluxos de caixa).

Se forem ao documento número cinco não de encontrar um valor de total de receitas orçamentais de dois milhões, novecentos e trinta e nove mil, duzentos e quinze euros e um centavo, que não é rigorosamente igual com o de dois milhões novecentos e trinta e seis mil, novecentos e setenta e cinco euros e oitenta e cinco centavos, porque a informação que o sistema de contabilidade autárquica verte para o mapa de fluxos de caixa incluiu a receita bruta ou seja não desconta os valores de reembolsos e restituições que são descontados no mapa que é trazido à Assembleia Municipal porque essa é que é a receita líquida, e esse é que é o entendimento que, do ponto de vista político e de fiscalização, é o valor que deve ser trazido a conhecimento. Ou seja, faz sentido trazer a receita líquida. A receita líquida é a receita bruta menos os reembolsos

e restituições que a Câmara Municipal faz relativamente à receita que arrecadou. Encontramos a soma de um valor com o outro e dá os tais dois milhões, novecentos e trinta e nove mil, duzentos e quinze euros e um cêntimo que estão no mapa de fluxos de caixa, no documento número cinco, total das receitas orçamentais.

Hão de reparar também que depois aparece a alínea b), Receitas orçamentais entre um de janeiro de dois mil e quinze e trinta e um de janeiro de dois mil e quinze, que é de um milhão sessenta e nove mil, três euros e cinquenta e quatro cêntimos, que é exatamente o valor que está no mapa da informação financeira que foi distribuído na Assembleia Municipal com reporte a trinta e um de janeiro de dois mil e quinze.

Depois temos ainda as operações de tesouraria entre um de janeiro de dois mil e quinze e trinta e um de março de dois mil e quinze. As operações de tesouraria são o conjunto das receitas e despesas que entram na tesouraria e misturam-se com os recebimentos e pagamentos mas que têm uma contabilização separada. As operações de tesouraria são no fundo os descontos feitos aos trabalhadores municipais em termos de Segurança Social e IRS que depois, no período próprio, são pagos às respetivas entidades beneficiárias dessa receita. Em termos técnicos também é conhecida como despesa consignada ou seja é uma receita que não é do município é apenas uma receita que o município arrecada apenas para uso no exercício de responsabilidades fiscais e de Segurança Social que depois tem que as entregar às respetivas entidades. Em termos genéricos faço referência à Segurança Sócia e ao IRS porque são as receitas mais conhecidas embora haja outras com outras finalidades. Em termos gerais são receitas e despesas que, embora misturando-se na contabilidade e na tesouraria, têm uma contabilização à parte chamada de operações de tesouraria. Referi estas porque o mapa de fluxos de caixa introduz esses valores também e para que a sincronização ente o mapa de fluxo de caixa e a informação financeira na Assembleia possa bater certo eles são trazidos aqui no mapa as operações de tesouraria entre um de janeiro de dois mil e quinze e trinta e um de março de dois mil e quinze no valor de cento e quarenta e seis mil, setecentos e oitenta e dois euros e cinquenta e nove cêntimos. Os reembolsos e restituições, entre um de janeiro de dois mil e quinze e trinta e um de janeiro de dois mil e quinze, porque se nós em cima introduzimos o valor total, em trinta e um de janeiro, temos que depois descontar o valor calculado tal com temos que fazer depois na alínea e) em relação às operações de

tesouraria. Se antes as introduzimos por inteiro temos que de seguida as descontar relativamente à parte apenas do mês de janeiro.

Quanto às despesas acontece exatamente o mesmo raciocínio. Embora não haja reembolsos a instituições para contabilizar, porque o valor total das despesas orçamentais batem exatamente certo com o refletido no documento cinco - mapa de fluxos de caixa, temos apenas que introduzir as operações de tesouraria, em relação às despesas entre um de janeiro e trinta e um de março, num total de cento e carente e dois mil, setenta e um euros e vinte e sete cêntimos, e descontando depois o valor das operações de tesouraria, reportado a trinta e um de janeiro, que era de quarenta e oito mil, seiscentos e noventa e três euros e oitenta e quatro cêntimos.

O total das despesas, entre um de fevereiro e trinta e um de março de dois mil e quinze, retirando o valor de janeiro, passará então a ser de dois milhões, duzentos e setenta e seis mil, duzentos e noventa e oito euros e vinte e dois cêntimos.

Repararão que no documento três ponto dois têm o resumo destas contas todas:

Temos o total de disponibilidades, no dia trinta e um de janeiro de dois mil e quinze, no valor de um milhão, cinquenta e quatro mil, novecentos e noventa e sete euros e quatro cêntimos;

Temos o total das receitas, descontado este efeito de janeiro, mais a introdução das operações de tesouraria e dos reembolsos, num total de um milhão, novecentos e sessenta e oito mil, cento e trinta e cinco euros e doze cêntimos;

Menos o total das despesas, descontado exatamente o mesmo efeito de janeiro mais a introdução das operações de tesouraria, de dois milhões, duzentos e setenta e seis mil, duzentos e noventa e oito euros e vinte e dois cêntimos e vão, com certeza, chegar à conta, a que obviamente teríamos que chegar, que é de setecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e trinta e três euros e noventa e quatro cêntimos de disponibilidades, em trinta e um de março de dois mil e quinze, que bate, exatamente, com o valor que vos foi reportado na Assembleia Municipal de abril relativamente à data de trinta e um de março.

Portanto, quanto a isto, acho que fica tudo esclarecido.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes para fazer a seguinte intervenção:

“Bem, isto está de facto a ficar complicado! Exercemos o poder de fiscalização e corremos o risco de ir com um processo para tribunal.

Isto está a ficar bom. Afinal gastei seiscentos mil euros para sentar o Sr. Presidente ali naquele sítio para afinal fazer o mesmo que fazia o Mário Alves ou um bocadinho mais.

Têm que me explicar porque o Senhor disse na reunião de Câmara de cinco de fevereiro que o custo da água era de mil setecentos e oitenta e sete mil euros e depois nas faturas da Águas do Zêzere e Côa que são de mil quinhentos e quarenta. Quem cria as suspeitas não sou eu, é o Senhor. A mim passa-me lá pela cabeça que as contas não estejam certas!

Surgiu-me aqui uma dúvida e, naturalmente, como é meu dever pedi um esclarecimento que ninguém me deu.

Afinal o que é que se passou? Eu estava convencido que a informação que nos é dada é referente ao período que nós aqui vínhamos. Quando agora recebi os novos documentos, e vejo lá seis milhões de euros de receita, naturalmente que eu sei que não se recebe seis milhões. Fui fazer este raciocínio que o Sr. Dr. Francisco Rodrigues agora esteve a dizer e cheguei a outra conclusão interessante, que é esta: Neste período a Câmara recebeu três milhões, cento e noventa e dois mil euros e diz que pagou, e eu não duvido que pagou, três milhões, quarenta e seis mil, quinhentos e dois. E que foram cento e quarenta e cinco o aumento do saldo, que é o que cá está. Só que depois também diz que havia uma dívida de quatro milhões setecentos e sessenta e sete, quatrocentos e setenta e seis, no dia trina e um de março e que agora há uma dívida de quatro milhões e trina e nove que é o que vocês têm aí nos documentos.

Ora, se pagou setecentos e sessenta e sete mil euros e recebeu três milhões, cento e noventa e dois. Como é que é isto? Faltam aqui dois milhões trezentos e dezoito.

Agora, eu sei, por exemplo, que o custo com o pessoal são, mais ou menos, duzentos e oitenta e cinco mil euros por mês, o que dá quinhentos e setenta. Ora, se a dívida a fornecedores e empreitadas era de trinta e um mil quinhentos e quarenta e um e este mês não é nada. Portanto, com trinta e um mil euros e agora zero, de facto, deve-se estar a trabalhar bem!

Eu estou com uma dúvida mas não estou a suspeitar de ninguém.

Agora, isto é uma conta ligeirinha que qualquer um faz: Neste período foram recebidos três milhões, cento e noventa e dois. Foi abatido à dívida setecentos e vinte e sete mil euros. Sobram dois milhões trezentos e dezoito.

Que eu saiba, admito que se gaste com o pessoal, quinhentos e oitenta e cinco mil. Há aqui uma diferença de um milhão e setecentos.

Eu estou a dizer isto com toda a honestidade, pela saúde de um neto que tenho, porque eu não venho para aqui brincar!

Quem criou estas suspeições foi o Sr. Presidente da Câmara quando não me explica porque é que estão três números na EXPOH?

Porque é que não me explica porque é que era um milhão e setecentos e oitenta e sete, que está escrito na ata da Câmara, e me mandam as faturas a dizer que são um milhão, quinhentos e quarenta?

Não sou eu que crio as suspeições. É o Sr. Presidente da Câmara!

Eu faço o meu trabalho e ele que faça o dele também.

Quanto ao que aqui foi dito, eu vou só ler uma passagem do Sr. Carlos Mendes, no dia vinte e seis de junho de dois mil e seis: *"Sr. Presidente da Câmara isto é um tratamento que não deve ser feito a ninguém, principalmente às pessoas que foram eleitas democraticamente para esta Assembleia Municipal. Acho que isto é a negação total da liberdade, do futuro da democracia e de tudo aquilo que representa."*

Não é este ... Desculpe lá não é este ...

É onde ele diz que *"os Membros da Assembleia são aqui tratados pior que cão e que o Sr. Presidente da Câmara tem que responder aos Membros desta Assembleia, e que os Membros da Assembleia são aqui tratados como cães."*

O Sr. Prof. Francisco Garcia, pessoa que eu muito estimo, diz que a política é uma arte nobre.

Foi por estas, e por outras parecidas, que eu combati o Mário Alves e disse muitas vezes ao Sr. Presidente da Câmara, quando dizia que eu não era o cabide do fato, que o dia que ele se portasse como ele que levava o mesmo tratamento. Cá estou a ser fiel à minha palavra.

Quanto às questões que o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves aí levantou: Cada um tem a ética que quer.

O Sr. Presidente da Câmara ofendeu-me a mim, na reunião de Câmara, nas minhas costas, como fez agora outra vez, já aqui levantou um cartaz com a dívida da Câmara.

Tenho aqui a página trinta e oito do Relatório que diz que a dívida era de cinco milhões e oitenta e quatro. Saiu uma notícia na altura, no jornal Correio da Beira Serra, a dizer que eram cinco milhões cento e vinte e oito. O Sr. Mário Alves disse, na presença do Sr. Presidente da Câmara, no dia seis de agosto,

que deixou cá três milhões, quinhentos e trinta e oito, e o Sr. Presidente não o negou.

Agora disse, e está aqui na ata, na página setenta e nove, que não queria ofender o Sr. Presidente Mário Alves.

Agora vai outra vez à reunião de Câmara ofender outra vez as pessoas nas costas.

Eu pergunto: Onde é que está a ética na política?

Então o Sr. Presidente um dia diz aqui que não é assim e depois vai outra vez para a Câmara dizer o mesmo, já é a quarta vez que diz isso!

Eu pergunto, onde é que está a ética?

O que é que estamos aqui a fazer?

Afinal, quem é que cria as suspeições?

Afinal, quem é que não quer responder?

Afinal, quem é que anda aqui a brincar com isto?

Sou eu? ...”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara, com certeza percebeu mal as minhas palavras: Em momento algum, e acho que fui claro nisso, e estará em ata certamente, coloquei aqui em causa a sua seriedade, ou a seriedade do Executivo, ou o facto de mexerem em dinheiro. Não é nada disso!

Ou então eu percebi mal! Mas não é nada disso!

Mas, pelo menos a ideia com que uma parte do público certamente possa ter ficado, e pode ter ficado com essa ideia.

O que aqui vim dizer há pouco, e que já disse na última Assembleia Municipal, é que eu não consigo perceber a contabilidade pública que aqui está. Mas não percebo genuinamente e gostava de perceber! O simples facto, e eu sei que contabilidade pública não é fácil e é diferente da contabilidade que se usa para as empresas, e à qual eu até estou habituado. Mas, como Deputado Municipal, gostava genuinamente de perceber. E há uma coisa que o Sr. Presidente tinha obrigação de fazer: Que era explicar!

Desculpe, mas não pode chegar aqui e dizer que não percebe nada de contabilidade. O Senhor é que é o Presidente da Câmara.

O Senhor não é contabilista mas tem o dever de justificação.

O Primeiro-ministro em plena Assembleia da República, e se lhe fizerem perguntas sobre o Orçamento de Estado, não se pode desculpar e dizer que não

é contabilista. Essa não pode ser a desculpa. Tem uma obrigação de função. Essa obrigação de função exige-lhe saber explicar.

Vou ser sincero: Eu não percebi nada!

Francisco Rodrigues, com lealdade te digo, a tua explicação será certamente muito boa, até porque és uma pessoa muito capaz nesta área, mas eu não consegui perceber.

Atenção, eu não estou a dizer que haja aqui qualquer tipo de marosca ou de habilidade contabilista. Não é nada disso.

Acho que era bom, até politicamente para o próprio Executivo e para o Sr. Presidente da Câmara, que as pessoas percebessem isto de uma forma simples. Não era preciso uma grande explicação.

Havia uma diferença de trezentos mil euros e se eu for subtrair as despesas e as receitas de trinta e um de março em relação às de trinta e um de janeiro, continua a não me dar certo.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Peço ao Francisco Rodrigues para organizar uma ação de formação pós-laboral para explicar contabilidade e operações de tesouraria. Eu estive atento à tua explicação e percebi mas depois mete-se a política nisto e não se percebe.

Quando o Luís Lagos diz que o Primeiro-ministro vai à Assembleia da República explicar o orçamento isso não é bem assim porque ele não responde às questões que lhe são colocadas e também não o vejo falar de orçamentos.

Em relação ao que se passou aqui agora, o que eu tenho a dizer é o seguinte: Ainda bem que o Sr. Presidente colocou esta questão à Assembleia porque eu acho que não podemos andar sempre a discutir estas coisas. Eu percebo que não se domine o assunto das finanças e da contabilidade mas percebi a explicação do Francisco Rodrigues.

A matemática é uma ciência exata, a contabilidade também é exata, e por isso sejamos também sinceros connosco. Há uma Câmara que está a gerir bem e se calhar alguns não gostam.

Há pouco também foi referido que não há dívidas a fornecedores mas quando se paga a quinze dias é natural que isso aconteça.

Acho que estamos todos esclarecidos e se não estão é porque estão a fazer política.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Dr. Luís Lagos o Senhor percebeu mal a minha intervenção.

Eu ouvi muito bem as suas palavras. Ouvi-o dizer que tinha a certeza que este Executivo é um Executivo sério mas não percebo quando diz que eu sou obrigado a ter conhecimentos técnicos sobre contabilidade.

Na área da gestão financeira da Câmara eu faço aquilo que muitos não fazem e aqui não se gasta o que não se tem. Quem também faz isto muito bem são algumas donas de casa que se governam com o ordenado mínimo. Fazem grandes sacrifícios com ordenados mínimos para governarem os seus filhos.

Não me peça que eu domine todos os assuntos da contabilidade.

Também lhe quero dizer que aqueles que sabiam tudo já morreram e eu não quero saber tudo. Sei aquilo que é essencial: Sei autorizar despesa; Sei analisar despesa; Sei ver a receita; Sei analisar os mapas. Faço isto todos os dias.

Primeiro insinuam que são ladrões mas depois dizem que não ofenderam a honra a ninguém! Isto é a velha técnica: Primeiro chamam-se ladrões e depois dizem que são uns sérios.

Na última sessão da Assembleia disseram aqui que iriam entregar este assunto da hipotética falta dos trezentos e tal mil euros ao Ministério Público.

O que eu disse foi o seguinte: Se a Assembleia continuasse com dúvidas que entregaria o caso ao Ministério Público para que se fizessem todos os esclarecimentos.

Primeiro fazem ameaças e depois como sabem que as contas estão bem não têm coragem para assumir o que disseram aqui.

Eu vivo do meu trabalho e do meu salário. Não tenho problemas de consciência e não tenho medos mas outros não terão a sua consciência tão tranquila.

Se me perguntar quanto é que gastamos na área social eu respondo-lhe. Eu conheço os dossiês porque eu trabalho muitas horas por dia. Para ser um Presidente a tempo inteiro descanso muito pouco.

Quero dizer que também nesta parte financeira temos feito um grande trabalho: Tínhamos dezassete empréstimos, quando eu herdei esta Câmara, e ao longo deste tempo temos pago os empréstimos dos outros.

Alguns dizem que como não há dívidas de empreitadas é porque não se fez obra mas o motivo é porque todas as faturas estão processadas e todas as

dívidas que tínhamos estão pagas, isto não quer dizer que não haja faturas em trânsito.

Os Presidentes de Junta de Freguesia sabem que temos feito obra.

Apesar de todas as dificuldades económicas temos que nos orgulhar porque as Transferências do Estado baixaram brutalmente e nós continuamos a pagar os empréstimos dos outros. Nós ainda não vendemos bens. Há outros que vendem as empresas mas não amortizam. Nós amortizámos as dívidas dos outros e por isso eu faço disto uma bandeira.

Apesar do défice tarifário da água temos mantido uma boa situação financeira. Sei que alguns gostariam que não fosse assim.

Honramos os compromissos com os nossos fornecedores e isso é um motivo de orgulho para todos os Oliveirenses.

Temos feito um grande trabalho nestes tempos tão difíceis. Tivemos cortes brutais nas Transferências do Estado. Pagámos mais de quarenta mil euros para o Fundo Municipal para salvar outros Municípios.

Temos que ter orgulho da nossa gestão financeira.

Orgulho-me porque a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital é reconhecida como uma Câmara financeiramente equilibrada.

No passado, outros tiveram muito mais oportunidades, e muito mais verbas, e não os vi a fazer mais obra do que eu e o meu Executivo.

Este é o reflexo brilhante de que todos nos devemos orgulhar porque temos uma Câmara equilibrada.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Aprovação, nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes, para o quadriénio 2015/2018 e 1ª Revisão ao Orçamento para o ano 2015.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esta primeira Revisão ao Orçamento para o ano 2015 tem a ver com o legado do Prof. Vergílio Hall, que residia em Estremoz, e que deixou à Câmara Municipal cerca de trezentos e cinquenta mil euros para fazer uma obra social na sua Freguesia de Lagos da Beira.

Foi criada uma Associação em Lagos da Beira para gerir e criar essa obra social e está na hora de devolvermos este dinheiro. Por isso é necessário fazer uma alteração orçamental para entregar esse dinheiro.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Aprovação, nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes, para o quadriénio 2015/2018 e 1ª Revisão ao Orçamento para o ano 2015, que foi aprovado por maioria e com uma abstenção.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte declaração de voto:

“Neste como nos outros Pontos, como já disse aqui na Assembleia anterior, vou-me abster pelas razões que já expliquei.

Naturalmente que neste subsídio, quer nos Bombeiros, quer nas Juntas de Freguesia os Senhores sabem que eu sou por natureza, quanto mais melhor. Por uma questão de coerência, que eu espero que os Senhores compreendam, o meu voto é esse.”

De seguida entrou-se no Ponto III e IV:

- Ponto III - Aprovação para assegurar o montante correspondente à contrapartida nacional referente à candidatura para aquisição de viaturas de Socorro, VFCI – Veículo Florestal de Combate a Incêndios para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira;

- Ponto IV - Aprovação para assegurar o montante correspondente à contrapartida nacional referente à candidatura para aquisição de viaturas de Socorro, VFCI – Veículo Florestal de Combate a Incêndios, para a Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Estas candidaturas exigem que a Assembleia Municipal aprove os empréstimos referentes à comparticipação da Câmara Municipal.

A comparticipação da Câmara Municipal é de quinze por cento mas como ainda não há aqui um valor determinado, penso que esta autorização seria como que a passagem de um cheque em branco. Esta autorização não era correta e por

uma questão de precaução proponho que sejam retirados estes dois Pontos da Ordem do Dia.”

De seguida entrou-se no Ponto V - Autorização prévia, nos termos da alínea c), n.º1, do art.º 6º, da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, para a assunção de compromissos plurianuais de montante inferior ao referido na alínea b), n.º 1 do artigo 22º de Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente ao Ponto II, tenho que dar aqui um valor exato, tenho que ter algum cuidado, não vá faltar um euro ou um cêntimo, e amanhã vêm falar na diferença dos números.

A dezanove de junho, a conta da obra social de Lagos da Beira, tem trezentos e setenta e dois mil, duzentos e sessenta e um euros e oito cêntimos.

Este Governo fez promulgar a Lei n.º 22 de 2015, de 17 de março, que alterou a Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, que é a Lei dos compromissos e pagamentos em atraso. Esta lei veio agilizar as competências do Presidente da Câmara para a autorização de compromissos plurianuais até ao valor de noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos.

Este Ponto refere-se a uma alteração legislativa.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Dizer que vou votar contra. Votar contra, sendo uma lei do Governo, sendo uma lei da República antes de ser do Governo.

É uma lei que confere a possibilidade à Assembleia Municipal de abdicar do seu poder deliberativo nesta questão e eu acho que é uma diminuição das competências do órgão, tendo a certeza de que passará, mas não passará com o meu voto. Acho que é diminuir a capacidade política do órgão.

Pode-me dizer que noventa e nove mil euros são noventa e nove mil euros! De facto, não é um grande valor em contabilidade pública autárquica mas eu acho que fui eleito pelos meus concidadãos exatamente para exercer esse poder de fiscalização. Essa é uma possibilidade que é conferida à Assembleia Municipal, portanto a minha disponibilidade é o voto contra.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto V - Autorização prévia, nos termos da alínea c), n.º1, do art.º 6º, da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, para a assunção de compromissos plurianuais de montante inferior ao referido na alínea b), n.º 1 do artigo 22º de Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, que foi aprovado por maioria, com cinco abstenções e um voto contra.

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha, que fez a seguinte declaração de voto:

“Abstivemo-nos neste Ponto apesar de reconhecermos que esta lei, em traços gerais, é uma lei boa porque visa agilizar os procedimentos contratuais.

Também achamos, e principalmente no contexto que temos aqui no nosso Concelho e na nossa Assembleia, que poderá promover-se um bocadinho mais o facilitismo. Também, conforme disse o colega do CDS, e sabendo que a Câmara Municipal é obrigada a dar-nos conhecimento de tudo o que faz, sabemos que perdemos um bocadinho o nosso poder de fiscalização com esta medida. Ou seja, vão esvaziar um bocadinho as nossas funções. No fundo não podemos decidir e dar o nosso parecer. É por isso que vamos pela abstenção.

Já agora, e fazendo uso do tempo, queria referir o que disse o Sr. Presidente da Câmara e que para mim tem bastante gravidade: Foi quando se referiu ao que se passou na Distrital do PSD. Eu posso garantir, enquanto membro da Distrital do PSD, que nunca, em momento algum, ouvi algum comentário desse género.

O que eu vos posso dizer é que o IC6 era uma das três obras para a qual sempre lutámos inclusivamente em discussões diretas e um bocado acesas com o próprio Secretário de Estado.

Portanto, essas informações que transmitiram ao Sr. Presidente da Câmara, eu, nas reuniões em que estive presente, nunca assisti nem deixaria que isso se dissesse. Por isso é que estou aqui a desmentir porque enquanto estive presente não ouvi nada disso.”

De seguida entrou-se no Ponto VI - Autorização para a assunção de compromisso plurianual, nos termos do artigo 6º, da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, para Contrato com Fundo de Eficiência Energética no âmbito da operação POVT-12-12-0765-FCOES-000020 - Intervenção de Eficiência Energética na Iluminação Pública – Fase I.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Dr. Nuno Vilafanha, quero dizer-lhe que os Presidentes que me disseram isso são homens do PSD. Garanto-lhe que tenho toda a confiança neles.

Com certeza, se o Senhor não ouviu é porque não estava lá. Garanto-lhe que isso foi dito. Por isso reafirmo que os tenho em boa conta porque são pessoas sérias e ficaram chocadas.

Eu não disse, mas sei quem fez a afirmação. Também disse que não tinha sido o Senhor mas quero dizer-lhe que foi verdade e não quero alongar-me mais porque até lhe diria mais algumas coisas relacionadas com esta luta política.

Dr. Luís Lagos, quero dizer-lhe que não fui eu que pedi esta lei para me aumentarem as competências.

O que eu fiz, tal como outros Presidentes também fizeram, foi reivindicar junto da Associação Nacional de Municípios que é preciso acabar com algumas burocracias da lei dos compromissos, mas percebo perfeitamente e acho que justificou muito bem o seu voto.

Este Ponto refere-se a um Contrato com Fundo da Eficiência Energética no âmbito da operação do POVT. As candidaturas agora têm regras diferentes. Esta intervenção de Eficiência Energética na Iluminação Pública vai ser feita em vários anos. ”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Sobre este Ponto, era um pequeno esclarecimento, porque já ouvi, em tempos, que se tinha poupado não sei quanto, não ponho isso em causa mas também não tenho nada contra esta situação.

Tenho conhecimento é que há várias empresas em Portugal que fazem isto gratuitamente e que ainda assumem um determinado compromisso na redução da energia e na poupança de mais ou menos de quinze por cento.

Portanto, gostava de ser esclarecido, se eventualmente tiver direito a resposta, se não tiver também não estranho.

Não pondo em causa esta boa gestão que aqui se apregoa muito, eu já manifestei a minha opinião e não vale a pena. É verdade que há piores mas também há melhores.

Portanto, era para saber se a Câmara está a aproveitar essa possibilidade de haver quem faça de borla ou não?”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Congratular a Câmara Municipal por apostar na eficiência energética.

Respondendo, aqui, ao meu caro amigo António Lopes: Não há ninguém que trabalhe de borla.

O Partido Socialista, naturalmente, vai votar favoravelmente esta proposta.

Relativamente ao Ponto anterior gostava de dizer aos Senhores Deputados que gostaria que fizessem chegar aos respetivos partidos, ao CDS e ao PSD, de que estão contra a lei que eles próprios produziram. Gostava que eles se manifestassem junto dos partidos e que não o fizessem só aqui na Assembleia Municipal.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Quero congratular-me com esta decisão que a Câmara tomou sobre esta iluminação LED.

Quanto às empresas a trabalhar de borla, eu também gostava de saber quais são?

Penso que vale a pena investir nesta iluminação LED porque efetivamente ela tem resultados.

Relativamente ao assunto da saúde quero dizer o seguinte: Por motivos de saúde pessoal tenho-me deslocado nos últimos tempos todos os dias ao Centro de Saúde de Oliveira do Hospital e por isso quero aqui fazer uma homenagem aos profissionais da saúde nomeadamente no âmbito da enfermagem porque são aqueles que asseguram o funcionamento do SAP nas vinte e quatro horas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer o seguinte esclarecimento:

“Sobre a iluminação LED gostava de dizer o seguinte: Este projeto da iluminação LED vai ser implementado na cidade de Oliveira do Hospital porque é o local onde há maior consumo.

Também quero referir que a Equipe da Eficiência Energética tem feito um trabalho extraordinário. Temos vindo a reduzir muito as contas das faturas energéticas.

Tenho que dizer que se eu fosse um Presidente que fizesse alguns negócios como outros fazem... Eu já tive propostas de duas empresas, dessas que fazem isto gratuitamente, que implementavam a iluminação LED em todo o Concelho.

Mas não era gratuitamente porque nós fizemos estudos e, fizemos mais, porque não nos deixámos enganar com o que era gratuito.

Eles montavam as LED em todo o Concelho, o que é um investimento brutal, é de cerca de quatro milhões de euros.

A Câmara Municipal em iluminação pública gasta cerca de setecentos mil euros. Com a iluminação LED poderíamos passar a gastar, em termos teóricos, cerca de metade. Trezentos e cinquenta mil euros. Mas o que é que eles queriam? Queriam que no final do ano nós lhe entregássemos a diferença e ficávamos com dez por cento da poupança.

Isto é: A Câmara Municipal poupava, se fossem setecentos e cinquenta mil euros, setenta e cinco mil euros mas a Câmara tinha que entregar a diferença. Ainda chegámos a negociar uma contrapartida de quinze por cento.

Também é importante referir que eles queriam fazer este contrato com um prazo de quinze anos.

Este teria sido um péssimo negócio porque estes LED's daqui a quinze anos estão completamente ultrapassados. Isto faria sentido se fosse um contrato máximo de cinco anos.

Como perceberam isto é um grande negócio para estas empresas mas nós não entrámos neste negócio.

Ainda perguntámos se havia possibilidade de reduzir o prazo do contrato e de fazer um investimento diferente mas eles disseram que não.

Este negócio aparentemente era gratuito e até podia ser bom porque pouparíamos na fatura energética mas estávamos a hipotecar o futuro durante quinze anos.

Logicamente que temos que esperar pelas verbas do Quadro Comunitário para a Eficiência Energética.

Meus caros amigos, eu não caí neste canto da Sereia desta duas empresas. É preferível fazermos este esforço financeiro e sermos capazes de ter visão. Este contrato, para mim, nunca poderia passar os cinco anos.

Faremos este contrato de Eficiência Energética, no âmbito da operação POVT, sem juros, e vamos poupar o dinheiro em termos de consumo e não ficaremos amarrados a um contrato de quinze anos.

Dr. Luís Lagos, quero dizer-lhe que sei fazer contas e que conheço a contabilidade.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto VI - Autorização para a assunção de compromisso plurianual, nos termos do artigo 6º, da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, para Contrato com Fundo de Eficiência Energética no âmbito da operação POVT-12-12-0765-FCOES-000020-Intervenção de Eficiência Energética na Iluminação Pública – Fase I, que foi aprovado por maioria, com cinco abstenções e um voto contra.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Junta da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Não queria dizer muita coisa: Queria só chamar à atenção para o caricato destas coisas, e para aquela discussão que aqui se implementou, e que levou à situação que temos cá no Concelho.

O Sr. Dr. Luís Lagos deve ter pensado que eu estive descuidado há pouco naquele Ponto, mas eu estava mais interessado em discutir este.

Como verificamos, e para aqueles que têm dúvidas, não é que tenham dúvidas porque eu sei que não têm porque sei que as pessoas conhecem a lei, aqui se verifica que para se gastar mil e quinhentos euros é preciso vir aqui. Só não percebe quem não quer perceber! E mais não digo porque acho que já perceberam tudo.

Tenho trocado alguma correspondência com o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, que tem a paciência de me ir aturando, e eu quero dizer-lhe o que o Senhor já me ouviu dizer a outra pessoa: Eu não confundo o Dr. Rodrigues Gonçalves com o Presidente da Assembleia.

Enquanto o Senhor me dispensar a sua amizade também terá aqui um amigo. Agora, o Presidente da Assembleia...

Eu tenho andado a ler as atas, com algum cuidado, e aconselho-o a relembrar o que o Senhor disse nesta tribuna. Lembro-me de uma vez que acusou o João Dinis que falava aqui meia hora, na altura era para apresentar uma moção contra o encerramento da estação agrária e do tribunal, já se sabia que aquele homem sempre esteve adiantado no tempo, em dois mil e sete ele já falava nisso.

O Senhor Presidente disse aqui que ia dar um esclarecimento, eu não estou interessado em fazer guerras a ninguém, estou interessado em fazer a minha missão, e naturalmente, eu fiquei à espera do esclarecimento, inclusive cheguei ao ponto de me esclarecer a mim próprio com os documentos que vieram a seguir.

Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, peço-lhe a si e ao Sr. Secretário, e também ao Carlos Artur que fazia aqui muitas intervenções no sentido da defesa da democracia, que tenham a mesma coerência que eu e que continuem com a mesma linha que tinham nessa altura, que façam o mesmo discurso e que tomem as mesmas posições. É só isso que eu lhes peço.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Junta da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, que foi aprovado por maioria, com uma abstenção.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da Proposta de Apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Como sabem os subsídios das Juntas têm vindo a ser divididos em dois protocolos diferentes e por isso esta é a parte dos duzentos e cinquenta mil euros.

Gostaria mais uma vez de recordar que esta proposta tem muito a ver com a forma de como nós olhamos para os Presidentes de Junta e para as Juntas de Freguesia: Olhamos para elas sem cores partidárias.

Todos os Presidentes de Junta votaram favoravelmente estas propostas.

Este procedimento é uma das grandes diferenças entre este Executivo, que hoje governa Oliveira do Hospital, e o Executivo do passado. Hoje há descentralização de competências.

Acredito que no próximo ano, e já disse isto no Fórum das Freguesias, haverá algumas mudanças e haverá aumento como forma de reconhecimento do papel determinante e da boa aplicação dos dinheiros públicos, contra aquilo que alguns pensavam sobre as Juntas de Freguesia.

Nas Juntas de Freguesia há pessoas com capacidade, há pessoas que aplicam bem o dinheiro nas suas Freguesias, e por isso na minha opinião, e se nós conseguirmos resolver o problema das águas, estarei cá para o desafio e para valorizar o vosso trabalho que é tão importante como o do Presidente do Município.

Também quero agradecer àqueles que não foram eleitos pela minha cor política porque nas suas votações sempre estiveram ao meu lado, mesmo quando eu tinha minoria, porque perceberam que havia uma nova visão sobre as Juntas de Freguesia.

Hoje os Presidentes de Junta para cumprirem os seus mandatos não precisam de “vir de chapéu na mão”, nem precisam de bater à porta do Presidente da Câmara. Hoje têm meios próprios. Também sabem que o meu gabinete está sempre aberto para os receber tal como está aberto para todos os Municípios. Não vos recebo nas escadas e sempre discutimos todos os assuntos de forma leal, cara a cara, e temos encontrado soluções.

Orgulho-me do vosso trabalho e lamento por não vos disponibilizar mais dinheiro mas acredito que, com a resolução do problema das águas e com a ajuda deste Ministro que é do PSD, para o próximo ano, quando lançarmos o Plano e o Orçamento de dois mil e dezasseis, que esta verba seja maior.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Há pouco ouviu-se aqui dizer que não há obras. Estas verbas, que são atribuídas às Juntas de Freguesia, anteriormente eram obras que a Câmara fazia: Era o lavadouro que se arranjava; Era o calcetamento que se fazia.

Neste momento, este dinheiro que é distribuído às Freguesias são obras que a Câmara faz.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte declaração de voto:

“Sr. Presidente da Câmara, elogiar este princípio de distribuição financeira é saudável.

Dizer que voto com gosto esta proposta.

Acho que temos grandes Presidentes de Junta na sua maioria. Tenho tido a oportunidade de assistir à intervenção de muitos, de acompanhar o trabalho de alguns, e devo dizer que temos grandes Presidentes de Junta.

Faço votos para que cumpra essa promessa, e que não seja só uma promessa da boca para fora, porque esse princípio de aproximar o dinheiro das pessoas, neste casos dos fregueses, é um bom princípio.

É um bom princípio que deve ser seguido por esta Câmara, e também pelas próximas que vierem, independentemente da cor partidária, independentemente de quem estiver à frente das Juntas. Hoje a maioria das Juntas são do PS, não será sempre assim, o princípio da alternância democrática certamente colocará outras cores partidárias nas Juntas de Freguesia, mas é bom que esse princípio fique a vigorar para sempre.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Espero que todos os Deputados votem favoravelmente esta proposta porque durante vinte anos assisti, e felizmente nos últimos cinco anos deixei de ver: Os Presidentes de Junta faziam fila, logo a partir das nove horas da manhã, para serem recebidos e tinham que esperar horas para serem atendidos.

É com satisfação que vejo que os Presidentes de Junta têm verbas para poderem administrar. Faço votos para que efetivamente as saibam administrar bem e certamente que o Sr. Presidente da Câmara dará uma ajuda quando for mais necessário.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Esta é uma das boas medidas que o Sr. Residente levou a efeito e temos que lhe “tirar o chapéu” por isso.

O Dr. Luís Lagos já enalteceu a iniciativa do PS no Fórum das Freguesias, o Sr. Presidente teve a hombridade de me convidar, mas eu nesse dia não pude estar presente, mas vi pela Comunicação Social que uma das propostas e das intenções do Sr. Presidente da Câmara é aumentar estas verbas para que as Juntas de Freguesia tenham mais autonomia.

Se o fizer o Senhor vai ficar na história como um bom autarca e que contribuiu para dar mais liberdade aos Presidentes de Junta. Os Presidentes de Junta não têm que andar a mendigar verbas para fazerem o seu trabalho.

Apesar de eu ter sido eleito por uma força política diferente, como independente, nunca foi discriminado nesta Câmara Municipal.

Esta é uma boa medida, porque hoje está cá o Senhor e amanhã não sabemos quem cá vai estar, para que os nossos colegas, que venham a seguir, também possam trabalhar, e ter autonomia financeira, e possam exercer as funções para a qual foram eleitos.

Sr. Presidente pode contar com o meu voto favorável.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Dr. Luís Lagos, eu hoje tenho que lhe responder a muitas coisas. O Senhor às vezes também faz aí uns números e umas curvas. Como diz o provérbio: “Dá uma no cravo e outra na ferradura”.

O Senhor disse: “Espero que não seja da boca para fora”.

Quero dizer-lhe o seguinte: Eu não pedi ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge para fazer esta declaração, digo ainda mais, eu quando iniciei esta distribuição de verbas só havia seis Presidentes de Junta eleitos pelo Partido Socialista e as Freguesias neste Concelho eram vinte e uma. Por isso, hoje não faço a distribuição de verbas só porque o Partido Socialista tem um grande número de Presidentes de Junta.

Acho que estes homens e estas mulheres que servem as suas Freguesias, independentemente das nossas diferenças ideológicas, que poderiam fazer um trabalho diferente.

Os Senhores Presidentes de Junta, independentemente do partido pelo qual foram eleitos, sempre viabilizaram todas as propostas votando ao lado do Presidente da Câmara Municipal e eu também sinto orgulho desse passado, do meu primeiro mandato.

Hoje sinto orgulho nestes homens, e às vezes não lhes faço mais porque não tenho capacidade financeira mas não é por falta de vontade de os apoiar, porque a missão deles ainda é mais difícil do que a do Presidente da Câmara por causa dos problemas da proximidade.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), n.º 1, do

artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da Proposta de Apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações, que foi aprovado por maioria, com uma abstenção.

De seguida entrou-se no Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos da alínea k), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de adenda ao Contrato Interadministrativo do Sistema de Recolha de RSU Indiferenciados – Delegação de Competências na AMRPB – Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão – Possibilidade de delegação de competências da parte restante do território correspondente à ZUVA – Zona Urbana e Vale do Alva – Proposta e estudo comparativo.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Na última Assembleia foi aprovada a realização de um contrato interadministrativo com a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão relativamente à recolha do lixo.

A experiência tem sido boa e temos conseguido poupar dinheiro com a entrega deste serviço na Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão.

A Câmara Municipal fez contas e dá para poupar perto de noventa mil euros por ano.

Com esta proposta a Câmara Municipal entregará também à Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão a recolha do lixo respeitante à parte restante do território.

O problema que se põe é que a frota da Câmara Municipal está desajustada, por uma questão de precaução deveremos ficar com um carro para a recolha de lixo durante o fim de semana, ou durante o decorrer de algumas festas onde será preciso intervir.

A experiência tem sido boa e tem mostrado que é mais barata.

Relativamente aos recursos humanos, neste momento temos um total de duzentas e oito pessoas a trabalhar na Câmara Municipal e por isso iremos reclassificar o pessoal que trabalha no lixo para trabalhar noutras áreas.

Esta também é uma questão de boa gestão e por isso é proposto que a partir de um de setembro a recolha do lixo seja feita na sua totalidade pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão.

Teremos um funcionário para fiscalizar este serviço de recolha de lixo mas até agora não tem havido queixas e o trabalho prestado tem sido de qualidade.

Nós queremos que este Concelho seja um Concelho limpo e iremos poupar dinheiro com a entrega deste serviço.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Era só para dizer que estou de acordo com esta proposta.

Tenho assistido ao trabalho desta empresa e reconheço que estão a prestar um bom serviço.

O Sr. Presidente disse que a Câmara vai ficar com um carro de reserva para utilizar em situações imprevistas.

Sei que a Câmara tem uma carinha, à sexta-feira, e que fazem uma recolha quando são contactados pelos Municípios que têm determinadas coisas para entregar. Eu gostava de saber se a Câmara vai continuar com esse transporte?”

Não havendo intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos da alínea k), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de adenda ao Contrato Interadministrativo do Sistema de Recolha de RSU Indiferenciados – Delegação de Competências na AMRPB – Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão – Possibilidade de delegação de competências da parte restante do território correspondente à ZUVA – Zona Urbana e Vale do Alva – Proposta e estudo comparativo, que foi aprovado por maioria, com uma abstenção.

De seguida entrou-se no Ponto X - Comunicação, nos termos do nº3, do artigo 97º-A, do Decreto-Lei 46/2009, de 20 de fevereiro, de correção material do PDM.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Pedi à Arquiteta Alexandra para estar presente e para nos falar sobre o Projeto Estratégico de Desenvolvimento Urbano e, por isso, quero desde já agradecer-lhe.

A Arquiteta Alexandra é a grande Coordenadora da equipa que vai fazer o Projeto Estratégico de Desenvolvimento Urbano.

Escolhi a Arquiteta Alexandra devido ao seu perfil de competência e também reconheço que fez um bom trabalho na área do PDM.

Este projeto deverá ser objeto de um grande debate e, por isso, estou a pensar convocar uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, no mês de julho, para definirmos a área de Reabilitação Urbana.

Quero ouvir todas as forças políticas e também quero envolver os empresários para que todos possam dar contributos neste Projeto Estratégico de Desenvolvimento Urbano que irá ser muito importante para o futuro de Oliveira do Hospital.

A Arquiteta Alexandra vai fazer uma pequena apresentação para que depois possamos todos participar na discussão deste projeto.

O que aqui vai ser apresentado é um esboço deste projeto que será uma proposta de divulgação.”

De seguida a Arquiteta Alexandra procedeu à explicação das correções materiais do PDM e à apresentação do esboço do Projeto Estratégico de Desenvolvimento Urbano, em *power point*, que fará parte dos anexos desta ata.

Terminadas as intervenções, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente ata em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo sido aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nenhuma intervenção sobre esta matéria e sendo uma hora e quarenta minutos do dia vinte de junho de dois mil e quinze o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim
Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
